



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

| CPI - FUNDOS DE PENSÃO | | | |
|------------------------------------|---------------------|-------------------|--------------|
| EVENTO: Audiência Pública | REUNIÃO Nº: 2283/15 | DATA: 03/11/2015 | |
| LOCAL: Plenário 3 das Comissões | INÍCIO: 14h59min | TÉRMINO: 19h17min | PÁGINAS: 131 |

| DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Empresário. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ex-Diretor Financeiro do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS. |

| SUMÁRIO |
|------------------------|
| Tomada de depoimentos. |

| OBSERVAÇÕES |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| Há oradores não identificados em breves intervenções. Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis. A reunião foi suspensa e reaberta. |



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Declaro aberta a 22ª Reunião Ordinária da CPI - Fundos de Pensão.

Esta reunião de audiência pública foi convocada para tomar o depoimento dos Srs. Cláudio Augusto Mente, empresário, e Adilson Florêncio da Costa, ex-Diretor Financeiro do Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos — POSTALIS.

A ordem da pauta traz como primeira oitiva a do Sr. Cláudio Augusto Mente, a quem convido a tomar assento à mesa. Também toma assento à mesa o seu advogado, Sr. Cláudio Gama Pimentel.

Antes de passar a palavra ao depoente, peço a atenção dos senhores presentes para os procedimentos que vamos adotar.

O tempo concedido ao depoente será de 20 minutos, não podendo ser apartado. Os Deputados interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente com a Secretaria. O Relator disporá de 30 minutos para suas interpelações; os Sub-Relatores de 10 minutos, e os Deputados inscritos terão o prazo de 3 minutos.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente termo de compromisso que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Art. 203 do Código de Processo Penal.

Dessa forma, passo a palavra ao depoente pelo prazo de até 20 minutos, caso deseje fazer algum tipo de apresentação pessoal inclusive, algum tipo de comentário sobre o tema e sobre sua presença aqui hoje, o que acredita que pode contribuir.

O prazo, só para dizer a V.Sa., Dr. Cláudio, está ali, são 20 minutos.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Boa tarde, Srs. Deputados. Encontro-me aqui após ter sido convocado semana passada. Após essa convocação para esta CPI, eu tomei conhecimento, inteirei-me dos assuntos que estavam sendo



tratados aqui com o depoimento do Sr. Carlos Costa e estou a inteiro dispor de V.Exas. para qualquer dúvida, para elucidar e falar a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Agradeço a contribuição de V.Sa.

Para inquirir o senhor depoente, concedo inicialmente a palavra ao Relator, o Deputado Sérgio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Boa tarde, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, todos aqueles que acompanham esta Comissão. Boa tarde, Sr. Cláudio Mente e Sr. Cláudio Gama.

De fato, Sr. Cláudio Mente, a presença de V.Sa. nesta Comissão dá-se em face do depoimento, colhido recentemente por esta Comissão, segundo o qual V.Sa. teria, segundo o depoente naquele momento, auferido ganho irregular durante o tempo em que esteve na diretoria dos fundos.

A primeira pergunta é se o senhor conhece o Sr. Marco Antônio Moura de Castro.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Conheço. É meu ex-sócio.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sócio em quê?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Até 2001, numa empresa chamada AMC Associados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA E o que essa empresa AMC Associados fazia?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Estruturação financeira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu solicito sua atenção para falar ao microfone, por favor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Estruturação financeira também dos fundos de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Estruturação financeira junto aos fundos de pensão.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não só, necessariamente, fundo de pensão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Também.



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Instrumentos de financiamento também.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em quais fundos de pensão a empresa AMC fez estruturação financeira? Para quais fundos de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Olhe, a AMC funcionou de 1986 até 1998, 1999, quando eu deixei...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mil, novecentos e oitenta e seis?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É, de 1986 até 1997.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mil, novecentos e noventa e sete.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - E nós estruturamos várias operações na área imobiliária, principalmente na área de *shopping center*. Os fundos de pensão, na época em que nós trabalhamos, eram da Vale do Rio Doce, PORTOBRÁS, Portus, Fundação CESP, em São Paulo. Faz muito tempo... Eu falar de AMC... Mas, enfim, nós fizemos... O que é mais importante ressaltar é que essa empresa fez a última operação em 1997, começando em 1995 e terminando em 1997, que foi a estrutura de capital e toda a estrutura de financiamento e captação da FERRONORTE, a ferrovia do Sr. Olacyr de Moraes na época, concessionária, uma ferrovia que foi muito importante para o desenvolvimento do País.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Com a PETROS, que tipo de operação a AMC chegou a fazer?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conhece o Sr. Carlos Alberto Pereira, advogado?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Conheço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tem alguma relação comercial ou de amizade com ele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Depois...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor teve conhecimento do que ele disse aqui na última semana?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Tive. E gostaria de esclarecer.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor, como sócio da CSA...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - CSA.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Teria feito o pagamento de propina, a um dos diretores da PETROS, de 500 mil reais. Após, ele diz, foram confirmados 3 milhões de reais. O que o senhor pode nos dizer a respeito disso?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Bom, isso é uma questão muito simples. Eu jamais paguei a ninguém da PETROS. O Sr. Carlos Costa era meu advogado para cuidar das ações que eu tinha na empresa, na minha empresa, principalmente na área trabalhista. Isso começou por volta de 2004. Em 2005, ele saiu do escritório em que ele trabalhava e foi para o escritório do tio, na Avenida Ipiranga. Eu estava no escritório na Avenida São Gabriel, em São Paulo, 201, e ele me fez uma proposta. Ele queria que eu desse uma ajuda a ele para ele mudar de ramo. Em vez de ficar só como trabalhista, ele passaria a ser advogado, também, estruturador de negócio, o que seria mais rentável. Então, eu dei uma sala a ele dentro desse escritório na São Gabriel, a custo zero. Ele cuidava das minhas ações e também estruturava. Ele se colava no meu ex-sócio, Rubens Andrade, que é um grande estruturador financeiro, um grande técnico, um dos melhores que eu já conheci até hoje. Ele se colava no Rubens para aprender o ofício da estruturação financeira. Até 2009, ele foi meu advogado nas minhas ações, principalmente trabalhistas. Depois disso, em janeiro de 2010, quando eu saí do escritório, eu já não o vi mais e não tenho mais relacionamento nenhum com ele.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A que o senhor reporta o fato de ele ter alegado isso aqui em depoimento na CPI? Inclusive, ele já teria dito isso numa delação premiada perante a Justiça Federal, onde ele não pode mentir. Se for provado que ele mentiu, a delação premiada dele será revertida em uma ação. Ele perderá os benefícios da delação premiada.

A que o senhor reporta o fato de ele ter falado, perante uma CPI, perante a opinião pública nacional, com relação a essa propina, que hoje o senhor nega aqui?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Olhe, eu não posso imaginar que seja por ódio. Mas só posso ver isso, porque ele não mentiu só sobre isso, ele mentiu sobre outras coisas. Por exemplo: ele mentiu, e muito grave, quando disse que viu o Sr. João Vaccari falando comigo sobre esta operação. Ele pode dizer que, 2 anos depois de fechada esta operação, o Sr. João Vaccari visitava meu escritório, e nós íamos sempre almoçar. Mas, nessa época, de 2005 a 2006, eu não conhecia o Sr.



João Vaccari. Vim conhecer o Sr. João Vaccari no meio de 2007. Então, ele não pode dizer... Inclusive, era em outro escritório: um era na São Gabriel; e outro, na Pedroso Alvarenga. Então, não só em relação a isso ele mentiu, ele mentiu em relação a mais coisa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É. Em relação a isso, a CPI pode fazer uma acareação entre V.Sa., para...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não tenha dúvida. Estou à disposição a hora que vocês quiserem.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o Sr. Carvelo Xavier Júnior, José Carvelo Xavier Júnior, o senhor o conhece?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Conheço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe quem ele é? Conheceu-o quando?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não o vejo desde 1995. Ele era diretor financeiro da FUNCEF. Nós fizemos uma apresentação na FUNCEF, em 1995, se não me falha a memória, sobre abertura de capital da FERRONORTE.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E acabou sendo concretizada ou não?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É, mas ele não estava mais lá.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá. Mas, acabou sendo concretizada?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual é a empresa de V.Sa.?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - AMC Associados, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o senhor disse que não teve nenhuma estruturação com fundo de pensão.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, eu falei que tive. Eu até citei a PORTUS, citei a Vale do Rio Doce...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foi com a PETROS que o senhor não teve, não é?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Com a PETROS eu não tive.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ah, está certo. Essa estruturação com os fundos de pensão, o senhor se lembra dos valores?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Olha, a IMV foi uma operação de 13 milhões.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tá.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A de 1997 foi uma operação de 344 milhões de ações, 344 milhões de reais em ações e o resto em financiamentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Trezentos e quarenta e quatro milhões a estruturação. Quanto disso...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, a captação, não é?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Captação.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso, de recursos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto disso foi de fundos de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Foi 280, porque a GE, a GE Capital, entrou com 6% da companhia.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E quais foram os fundos que investiram?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - PREVI, FUNCEF... Só PREVI e FUNCEF, eu acho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Teve alguma perda?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O BNDESPAR também.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - No futuro, houve alguma perda nesses investimentos?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, hoje é a empresa ALL, que está no Garantia hoje, está no Grupo 3G. A FERRONORTE virou a ALL.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor teve, em algum momento, interferência política nesses investimentos?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, era eminentemente técnico, até porque, quem é do Centro-Oeste do País, sabia que, do preço da soja, quando chegava ao Porto de Santos, 50% era frete. Com a entrada da FERRONORTE passou a ser 15% o frete, o que deu mais competitividade ao produtor rural.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bom, Sr. Presidente. Eu não tenho mais perguntas a fazer.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sub-Relator, o Deputado Marcus Pestana.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Relator, membros desta Comissão.

Dr. Cláudio Mente, o senhor foi ou é sócio da CSA Project Finance?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nunca teve nenhuma ligação?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu explico. Veja bem: a CSA Project Finance, antes de ser CSA, era uma empresa chamada Realty Financial Service, do meu parceiro de negócios, chamado Rubens Andrade. Nós dividíamos um escritório e estruturávamos operações juntos, mas eu não era sócio da CSA. O Sr. Carlos Costa recebeu, depois, dessa operação da IMV, 10%, do qual ele disse que eu era... Se ele fosse o meu testa de ferro na CSA, ele teria 50%, não 10%. Ele recebeu 10% da CSA depois, para sempre cuidar da área jurídica.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor teve alguma interface com a operação da PETROS com as Indústrias...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - ...Metais do Vale

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA -...Metais do Vale?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor. Eu só estruturei a operação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quer dizer...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Essa intermediação não fui eu.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...o senhor nega.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Exatamente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Dr. Carlos, como foi dito pelo Relator, afirmou aqui, na sua delação premiada, que houve pagamento de propina, 500 mil...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quinhentos mil.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E um prejuízo...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu vi, eu vi.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E hoje um investimento que está zerado, que importou em um prejuízo...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso. Eu queria fazer um aparte ...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - ...e explicar aos Srs. Deputados como é que foi estruturada a operação, porque eu acho fundamental. Essa foi uma operação muito interessante, porque o empresário tinha uma tecnologia e nos procurou com um contrato de venda, por 20 anos, com a Votorantim Metais, leia-se Grupo Votorantim. Essa tecnologia... O que dava mais força à operação é que a Votorantim cedeu, dentro do pátio dela, dentro do próprio pátio, o terreno para ser construída a fábrica. Nós visitamos a Votorantim, checamos todas as informações, tivemos reuniões com os diretores da Votorantim, que acreditavam muito na operação. Um dos sócios dessa empresa, chamado Paulo Nielsen, era diretor da CSN. Era uma operação de ferro-gusa; na verdade, para os senhores entenderem, era para transformar a sucata em gusa, com uma tecnologia *melter* e *smelter*. Eles tinham um embasamento técnico muito forte, muito forte. Inclusive a Logus Engenharia tinha um grupo de pessoas... A Logus é a empresa multinacional de engenharia que estava desenvolvendo isso e que atestava o projeto, além do mais, com recebível da Votorantim; com a Votorantim adiantando dinheiro para eles, porque a Votorantim adiantou dinheiro para eles. Quando nós chegamos à PETROS e mostramos a operação, todo mundo queria comprar um recebível da Votorantim. Não é o mesmo comprar um recebível de uma empresa de quinta categoria e um recebível da Votorantim...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não há dúvida. Mas isso não se materializou.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Pois é, eu vou chegar lá. Mas a PETROS, por exemplo... Essa operação, Deputado, demorou 1 ano e meio. A governança corporativa e o *compliance* da PETROS exigiram da gente dois *ratings*, seguro-*performance* de construção da fábrica e um agente fiduciário. Todo recurso que foi liberado — chamava-se BI Invest —, todo recurso tinha que ser aprovado pelo agente fiduciário. Então, para o empresário, porque eu, após fazer estruturação da operação, não acompanhei mais os negócios da empresa...



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Inicialmente, o senhor disse que não teve nenhuma interface, e eu estou vendo que o senhor está bem a par da operação.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não, interface na colocação, na colocação. Na estruturação, eu disse ao senhor que eu participei, sim. Para estruturar a operação, demora muito tempo. O senhor tem que negociar com *rating*, o senhor tem que negociar com seguradoras, o senhor tem que averiguar toda a parte jurídica da operação. Essa operação, ela foi... Infelizmente, ela chegou a produzir ferro-gusa, ela chegou a produzir, só que não conseguiram escala.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E o senhor teve notícia de que, dessa operação, da capitalização desse negócio de 17 milhões, em torno disso...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Treze, é.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...resultou em 500 mil de... O senhor teve notícia na época?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - De que? Como?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quinhentos mil de propina para...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está bom. O senhor... Está ótimo. O senhor já respondeu. O senhor conhece o Humberto Pires Grault?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Conheci nessa operação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi nesse momento...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nesse momento que eu o conheci. Aliás, começou-se com um analista júnior. Quando a operação foi se materializando, aí eu conheci o Sr. Humberto.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Luís Carlos Fernandes.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor. Não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Que veio a ser presidente.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca estive com nenhum diretor nem presidente da PETROS.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E depois dessa operação, voltou a estar com Humberto Pires Gault?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Quando ele foi para São Paulo, porque ele saiu da PETROS e foi para o banco BVA. E como ele morava no Rio de Janeiro... Aí eu acabei almoçando com ele algumas vezes quando ele estava no banco BVA.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O BVA também tinha uma familiaridade muito grande com o fundo de previdência, não é?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Muito.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Tinha uma capacidade de acepção muito grande, não é?

Quais são e quais foram suas ligações com o doleiro Alberto Youssef?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Alberto Youssef, como o meu amigo ex-Deputado José Janene dizia, era o compadre dele. Então eu tinha uma relação social com ele.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Negócios, nunca direta?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca, nunca.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ele, nas suas delações, afirma que o senhor tinha um papel a mais do que relação social.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não tenho conhecimento disso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E com José Janene, que papel que o senhor desempenhava? Ele era um Deputado muito ativo, com capacidade empreendedora muito grande.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu vou esclarecer. O José Janene conheci mais de 20 anos atrás, na exposição de Londrina. Nós nos tornamos amigos porque ele comprou um gado meu. E ficamos... Essa amizade perdurou por muitos anos. Porém, quando... A gente se afastou quando entrou o Governo Lula, por motivos que eu não me lembro por quê. Quando deu o mensalão, eu achei que eu precisava dar um apoio para ele, porque eu vi que a situação dele estava muito complicada. Aí o encontrei casualmente um dia no aeroporto, e ele passou a... Quando vinha a São Paulo, ele usava o meu escritório.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ele usava o seu escritório?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ele usava, ele ficava lá. Quando vinha a São Paulo, ele usava a sala de reunião.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E o Alberto Youssef, então,...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...foi através do José Janene que você o conheceu?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso, conheci nessa época.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Era o braço direito dele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu conheci o Alberto Youssef agora na...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas através do José Janene, conheceu para tratar do social?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso, exatamente. Social.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - São dois atores que estão no centro da Lava-Jato.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E quem apresentou o João Vaccari a V.Sa.?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O Sr. João Vaccari...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Como é que o senhor o conheceu?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu me lembro do motivo. Talvez a pessoa eu não vou me lembrar, mas o motivo foi o seguinte. Ele precisava de alguém que desse uma olhada nos fundos que ele tinha no BANCOOP, quando ele assumiu o BANCOOP. E...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor atuou como consultor do BANCOOP?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não cobrei nada, nada, nada. Fui lá dar palpite. Fui lá olhar, dar palpite, como palpiteiro. Não fui contratado pelo BANCOOP, por ele, por nada.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA Mas não foi o senhor que deu os conselhos que levaram à quebra do BANCOOP?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não, ao contrário. A situação já... Quando ele procurou alguém, ele tinha recém-assumido, mas a situação já era...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas quantas vezes o senhor esteve com o João Vaccari?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ah, o João Vaccari depois se tornou um grande amigo, um grande amigo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Qual era o teor da relação? O senhor ajudava, assessorava,...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não... Era amizade.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...opinava?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Amizade. Não combinava nada, era mais amizade. A gente saía para almoçar uma vez por mês ou de 2 em 2 meses. É uma relação de amizade que eu tenho com o João Vaccari. Eu nunca trabalhei com PETROBRAS, com petróleo. Não sou desse ramo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E a transferência financeira que...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Foi um empréstimo. Eu fiz um empréstimo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor fez um empréstimo?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu fiz um empréstimo a ele de 400 mil reais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Transferido eletronicamente...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Transferido eletronicamente...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...para a mulher dele, D. Giselda?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso, exatamente. Depois ela me pagou.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor fez um contrato?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Fiz, fiz.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor fez um contrato...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Fiz, fiz. O Carlos Costa apresentou também. Ele é que fez o contrato, inclusive, na época do empréstimo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Então se limitou a uma amizade no plano social?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, é uma amizade e, inclusive, eu sou amigo da família também. Agora que ele está preso, eu visito a D. Giselda, a Gigi, né? Fui visitar o neto dele, quando nasceu. Nós viramos amigos, amigos pessoais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Em relação aos fundos, então, o senhor não tem nenhum elo que o vincule? Além dessa operação, houve alguma outra operação?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, eu não fiz mais nenhuma outra operação com fundo de pensão.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi só essa tentativa...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Só essa tentativa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...inicial? Depois o senhor se desgarrou da Indústria Metais do Vale?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E a ferrovia?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A ferrovia, em 97. Exatamente. Terminou em 25 de agosto de...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nunca mais nenhuma relação?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não tenho. Com fundo de pensão, não. E não fiz nenhuma operação também, não é só relação, nenhuma operação.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Como é uma situação muito tranquila, então o senhor estaria disposto a abrir mão do sigilo fiscal, financeiro e telefônico?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sem dúvida, sem dúvida, sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ajudaria, porque...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sem problema nenhum.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - ...o Dr. Carlos Alberto Costa fez afirmações muito incisivas, assim como Alberto Youssef.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O Alberto Youssef, eu vi também o depoimento aqui nesta CPI, e eu não vi nada de demais. O Sr. Carlos Costa, ele fez



um depoimento, um depoimento muito mentiroso. Ele falta com a verdade. Ele falta com a verdade.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Bem, o meu tempo já terminou, Presidente. Qualquer coisa eu volto à frente, no prosseguimento da inquirição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Dos Sub-Relatores já não tenho mais ninguém. A lista de inscrição, por favor.

(Pausa.)

Hoje, qual é a empresa em que o senhor trabalha, Sr. Cláudio? O senhor já não fez mais negócio com fundo de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Então...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas que atividade o senhor desempenha hoje?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu desenvolvi, após 2009... Não, em 2009, eu comecei a estruturação de uma empresa de energia eólica, com sócios no Rio de Janeiro; o Rubens, também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era seu sócio?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O Rubens, nessa empresa, também era meu sócio.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual é o nome da empresa?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Focus Infraestrutura. A Focus constituiu duas empresas, uma chamada Éolos e outra chamada Energia. Desenvolveu durante 6 anos 282 megas, que a gente ganhou no leilão do Governo, e 1 giga, que a gente ganhou num leilão privado da CEMIG. E a gente... Nós ficamos durante os últimos... De 2009, 2008, 2009... Eu posso estar...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sem problema.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Até 2014, nós ficamos estruturando essa operação. Foi uma operação muito grande, porque era 1,82 mega, ou 1 giga e 82 megas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E a capitalização dessa empresa não foi através de fundos de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como se deu a captação?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nenhum fundo de pensão teve interesse.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E como se captou?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nós conseguimos captar 25 milhões iniciais no Banco do Nordeste, e o resto a gente pôs do próprio bolso. E depois a gente vendeu a empresa, porque nós não tínhamos condição de continuar tocando, porque o negócio ficou muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Venderam para quem?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Queiroz Galvão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E de 2014 para cá?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, de 2014 para cá eu fico no meu escritório e cuido dos meus negócios pessoais. Eu tenho fazenda, eu tiro leite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. O senhor conhece o Sr. João Carlos Bumlai também?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mesmo sendo pecuarista também?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu sou de leite.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu sou dos pobres.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está bom. E ele é dos ricos. Isso aí a gente já sabe.

Os Deputados Assis Carvalho, Enio Verri, Rocha e Samuel Moreira são os inscritos.

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Já estou contemplado. Queria perguntar também sobre sua relação com João Vaccari e o ex-Deputado José Janene, mas o Deputado Marcus Pestana já o fez. Eu já estou contemplado com a sua resposta.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Obrigado.



O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Mas eu queira, Sr. Cláudio, saber qual é a relação que V.Sa. estabeleceu com as entidades de previdência complementar municipais, estaduais e nacionais. Caso tenha havido, cite quais os contatos feitos e investimentos realizados.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Municipais, nenhuma; estadual, a Fundação CESP, antes de 1990; e, nas federais, a última operação foi essa da PETROS, da IMV. E a outra operação foi da FERRONORTE, que foi em 1997, com a PETROS (*estalido com a língua*)... com a FUNCEF e com a PREVI.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - A Fundação CESP é de...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Antes de 1990.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - É de onde?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Antes...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Pois é, a fundação é de onde? De qual Estado?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É de São Paulo: CESP, Companhia...

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Eu sei. É só para ficar registrado.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ah, o.k. Desculpe.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - V.Sa. alguma vez fez solicitação a algum dirigente do Partido dos Trabalhadores, ou do PMDB, ou a algum representante de qualquer das empresas tratadas nas investigações do cartel, que influenciasse o direcionamento dos investimentos dos fundos de pensão ligados às empresas estatais federais, como a PREVI, FUNCEF, PETROS, POSTALIS, a fim de compensarem o pagamento de propinas ou transações ilícitas?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Nunca houve?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca houve.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O Sr. Alberto Youssef afirma, em seu Termo de Delação nº 20, que durante os Governos do PSDB de 1994 a 2001 o Senador Aécio Neves recebia dinheiro proveniente de transações ilícitas junto a Furnas e as empresas da Camargo Corrêa. Tenho aqui inclusive a manifestação dele. Eu não vou ler porque é um pouco longa, mas já é pública e conhecida. Na



condição de ex-sócio... Na sua fala eu fiquei com uma certa dúvida aí, não sei se confirma, se realmente o senhor foi sócio do José Janene.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, sócio não.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Mas teve uma relação com ele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - De amizade.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - V.Sa. explicou, num momento de dificuldade.

V.Sa. tem conhecimento dessas informações feitas por Alberto Youssef sobre esse Termo de Delação nº 20, onde ele confirma... V.Sa. sabe dizer quais as autoridades que iniciaram alguma investigação sobre tais fatos relacionados ao pagamento de propina nessa Delação nº 20, feita pelo Sr. Alberto Youssef, junto ao Senador Aécio Neves?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O senhor não tem conhecimento?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca ouvi falar disso.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Não conhece?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca ouvi falar.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Apenas para confirmar o seu conhecimento sobre isso, que a sua relação com o Vaccari e com o Janene foi mais uma relação de amizade, sem maior profundidade e sem conhecimento desses detalhes.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É, eu não me envolvi em negócio com eles.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O.k. Estou contemplado

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Enio Verri.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Cláudio, na verdade as perguntas já foram bem amplas, e V.Sa. até já confirmou, mas eu vou fazer três perguntas. O senhor responde depois. Serão muito simples, eu quero apenas que confirme isso.



V.Sa. disse sobre a relação que tinha com João Vaccari. Vou perguntar novamente, acho que o Presidente fez essa pergunta. V.Sa. participou de algum negócio com João Vaccari Neto? Essa é a primeira pergunta.

A segunda: V.Sa. participou ou participa de algum negócio com a empresa Construcap? O senhor sabe dessa empresa, que operação que ela faz? O senhor já operou com ela alguma vez?

Por fim, a terceira pergunta. Trata-se do que eles chamam de cartel junto à PETROBRAS, porque havia um cartel junto a PETROBRAS. Sabe me dizer se esse cartel da PETROBRAS atuava também de maneira articulada para ser destinatário dos investimentos dos fundos de pensão, além do que tinha nas operações?

E primeira: todas as operações de mercado feitas pelos fundos perante ações de tais empresas seriam com relações ilícitas, com tráfico de influência ou por indicações políticas? V.Sa. tem alguma informação sobre isso?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A primeira pergunta era sobre o João Vaccari, né?

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Exatamente.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Desculpa. O senhor perguntou se eu...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - O senhor disse que tinha apenas relação de amizade com ele.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim, se eu tinha feito algum tipo de negócio...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Ou o senhor tinha algum tipo, qualquer que seja...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, nunca tive nenhum negócio...

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Além do empréstimo que V.Sa...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, fiz empréstimo por amizade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas é negócio. Contrato é negócio.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim, por isso... Mas um contrato de empréstimo é negócio?

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - No conceito comercial. Um empréstimo.

A segunda: Construcap.



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Construcap, não. Eu conheço a família Capobianco há muitos anos, até porque eles têm fazenda em Guaranésia, mas eu não mexo com empreiteira, minha área é financeira.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - E sobre a questão do...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Essa eu me lembro. Eu gostaria de falar.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Por favor. Do cartel.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu... O tempo em que eu trabalhei com fundo de pensão, e hoje está muito pior... Os fundos grandes, eu quero dizer, os que eu conheço... O *compliance* é muito forte. Hoje em dia existe uma exigência, pela lei, muito forte.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Pela ordem, se V.Exa. me permite. Está pior ou melhor?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Está muito melhor.

O SR. DEPUTADO PAULO TEIXEIRA - Melhor?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Muito melhor.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Pior é mais exigente?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Mais exigente. Hoje em dia a governança corporativa e o *compliance* é muito forte. É muito forte. Por isso... Inclusive vários deles têm terceirizado a carteira porque não têm grau de tecnicidade para acompanhar isso. Então, nunca ouvi falar de influenciar politicamente. Não acredito nisso, nos fundos grandes, os que eu conheço, eu posso dizer para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço.

Com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Cláudio Mente, eu não posso deixar de fazer algumas observações.

Estive lhe observando aqui, durante o seu depoimento, e vi que V.Sa. está bastante nervoso. Nervoso até demais para quem tem segurança no que vai falar. Não pude deixar de observar.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É por que eu pisco?



O SR. DEPUTADO ROCHA - Não. A sua mão está tremendo... O seu corpo está falando.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É que aqui é uma coisa séria, não é? E, para mim, é a primeira vez que eu falo em público, inclusive. Eu não tenho costume...

O SR. DEPUTADO ROCHA - E tem mais: V.Sa., apesar do nome, tem relações com muita gente implicada até os fios de cabelo. E V.Sa. ainda vai mais além: diz que os fundos de pensão, principalmente os grandes, melhoraram, e foi justamente no período em que eles mais foram surrupiados. (*Palmas.*)

V.Sa. também disse que o seu contato com João Vaccari Neto foi para dar palpites. V.Sa. sai dando palpite para qualquer pessoa? Estranha essa situação, muito estranha. Acho que parte do seu nervosismo vem do que V.Sa. tentou vender aqui para esta CPI e que nós não compramos. Nós não compramos.

V.Sa. falou — e aí eu queria entrar nas perguntas — da empresa CSA. Diz que não é sócio, mas qual a sua ligação com a CSA?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Hoje em dia, nenhuma.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Mas qual foi a sua ligação com a CSA?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não era com ela, era com o Rubens, o sócio. Nós éramos associados.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. falou também de um escritório...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Dividíamos a despesa.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. sabe onde é que fica ou ficava a sede dessa empresa?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim, na Pedroso Alvarenga.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. falou de um escritório de V.Sa. também nesse mesmo endereço.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O senhor não está entendendo: a gente dividia o escritório. Ele tinha a CSA... O senhor está entendendo? A gente dividia a despesa.

O SR. DEPUTADO ROCHA - V.Sa. conheceu o Sr. Vaccari Neto em que ano?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 2007.



O SR. DEPUTADO ROCHA - Em 2007, não é? Sr. Presidente, eu tenho aqui uma matéria do *O Globo* que fala da ligação. Diz o seguinte. Eu vou ler o trecho da matéria.

Jornal *O Globo*, de 2014:

“Por intermédio da assessoria de imprensa” — isso quando se reportava à sua ligação com o Vaccari — “do PT, Vaccari disse que, de fato, esteve na CSA para conversar com Cláudio Mente. Segundo ele, os dois são amigos. O PT sustenta que Mente é consultor financeiro e que, no período em que se davam os encontros, entre 2005 e 2006”...

V.Sa. disse que foi quando que conheceu ele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 2007.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Pois é. Então foi bem antes, não é?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O PT errou.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Interessante.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu não tenho dúvida.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Também no depoimento do Sr. Alberto Youssef, ele afirmou, por conta da Operação Lava-Jato, que teria repassado 2,4 milhões para o PT e PP, para ser favorecido em contrato da PETROBRAS, em 2005 e 2006.

“Segundo Youssef, a parte do dinheiro que cabia ao PT foi entregue ao atual tesoureiro do partido, João Vaccari Neto.”

E mais ainda. O Sr. Alberto Youssef disse que parte dessa quantia foi entregue por V.Sa. ao Sr. João Vaccari Neto.

O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não entendi. O senhor Alberto Youssef deu para mim, e eu entreguei para o Sr. João?

O SR. DEPUTADO ROCHA - Não, eu não sei quem foi que entregou.



Ele disse que a empreiteira Construcap teria repassado 2,4 milhões para o PT e o PP. Isso no depoimento dele. E que V.Sa. teria entregue esse dinheiro ao Sr. Vaccari Neto.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não tenho conhecimento disso. Não tenho negócio com a Construcap.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, o que eu vi no depoente é que o depoente, parece que só ele diz a verdade. Embora o nome dele seja Mente, parece que todo mundo mentiu e só ele está falando a verdade.

Sinceramente, Sr. Mente, eu prefiro acreditar nos outros. Pelo que V.Sa. apresentou nesta CPI, V.Sa. não engana ninguém, não. E certamente vamos aprofundar as investigações e vamos saber quem, de fato, falava a verdade, eu não tenho dúvida. Há um ditado antigo que diz que quem não deve não mente..., não teme. A mentira está presente aqui toda hora. Mas parece que V.Sa. está muito nervoso.

Sr. Presidente, eu vou parar por aqui, porque, em relação às outras perguntas, ele já negou tudo, todas as relações que havia, com todo mundo implicado nessa quadrilha que saqueou os fundos de pensão. Então, aqui, o depoente, só ele fala a verdade e os outros estão mentindo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O depoente disse que fez um empréstimo ao Sr. João Vaccari e que teria sido feito através de transferência bancária.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a devolução desses recursos?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Também por transferência bancária.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Transferência bancária de conta para conta.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Também.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Houve pagamento de juros?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quanto tempo foi?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Um ano.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor tem conta no exterior?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sua empresa já teve?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É sócio de alguma empresa que tem conta no exterior?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor conhece Humberto Grault?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Qual o nível de relacionamento que teve com ele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Profissional e, depois, um pouco de social. Quando ele mudou para São Paulo, ele ficou, se não me falha a memória, 2 anos em São Paulo.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quantas vezes o senhor tem ideia de tê-lo encontrado, de ter-se reunido? Muitas e muitas vezes? Tratava de...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Cinco, seis, sete almoços.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tratava sobre o quê?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Quando estava no período da operação IMV, eu tratava sobre o *rating*, sobre as exigências que eles faziam.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E foi apenas nesse período que que o senhor tinha essa relação com eles?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Depois, quando ele saiu da PETROS, mudou para São Paulo, foi trabalhar no Banco BVA, de vez em quando eu o encontrava como amigo. Íamos almoçar.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Uma relação, então, de bastante amizade, social...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Social, social.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E de negócios também.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nessa época, com o BVA já não mais. Não tinha negócio com o BVA.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - É importante o senhor ficar tranquilo, pelo seguinte, veja: na medida em que o senhor fala que participou do negócio da IMV, apenas na estrutura, o fato é que o senhor foi determinante nesse negócio da IMV. O senhor teve um papel fundamental. O senhor disse que participou da estruturação.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Da estruturação financeira, sim. Da colocação, não. Colocação é quando se vende o papel.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, mas se não houvesse a estruturação financeira, não haveria propaganda. Então, o senhor teve uma participação decisiva nesse negócio.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Hã, hã.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E o senhor tinha uma relação com o Humberto. Podemos afirmar isso. Uma relação de amizade e uma relação de negócios.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Amizade posterior, né? No começo, era de...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Vínculos que ficaram.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Amizade é construída através de momentos de cumplicidade, dificuldades, enfim, ficou uma amizade.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ou de respeito, né?

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Também.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu respeito muito o Sr. Humberto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - São vários fatores.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Um grande técnico.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas ficou aí essa amizade. Há acusações segundo as quais houve diretores do fundo que receberam... Existem essas acusações feitas pelo advogado, acusações feitas nesse sentido, só para registrar.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu afirmo que nem os conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quanto à questão do Vaccari, a relação também era parecida com essa do Humberto. Vocês chegaram a se reunir, os três, alguma vez?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A relação com o Vaccari. Em algum momento houve reuniões com a presença do Vaccari e com mais algum diretor de algum fundo de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sempre as reuniões com o Vaccari eram...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A gente marcava de almoçar como dois amigos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca houve nenhuma reunião de negócio?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. E nunca fiz, depois da IMV, nenhum negócio com fundos de pensão — nenhum negócio.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quando foi feito o empréstimo para a esposa do Vaccari? Qual a data?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 2008. Eu não lembro o mês. Em 2008, e ela me devolveu em 2009.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E o senhor o conheceu em 2007?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 2007.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Amizade bem sólida e rápida para já se traduzir, em 1 ano, num empréstimo — talvez em menos de 1 ano. Num empréstimo de 400 mil reais.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nós nos tornamos amigos por afinidade.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Por afinidade, mas teve origem na questão da BANCOOP. Houve um pedido para que se iniciasse aí uma certa consultoria.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Na verdade, ele pediu para eu dar uma olhada nos Fundos da BANCOOP, para ver por que os Fundos estavam com problemas de reajuste. E eu fui lá dar uma olhada para ele. Vi os Fundos e aconselhei até que ele fizesse um aumento das prestações, senão ele não ia conseguir...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Qual a principal motivação desse relacionamento que o senhor acha, então? Não a origem, que foi o negócio.

O senhor está acompanhando as acusações que pesam sobre o Vaccari?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim, sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor acha que ele está sendo injustiçado? O senhor tem alguma opinião sobre isso?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Olhe, eu sinceramente não, porque eu não participava desse lado profissional. Ele separava muito bem esse lado profissional dele.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor conhece Delúbio Soares?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Conhece o Delúbio?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Teve reuniões de negócio com ele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Também não. Conheci na casa do Sr. João uma vez.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Do João Vaccari?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E sabe que data foi isso, mais ou menos, esse encontro?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ah, desculpa. Em 2008, 2009, não me recordo. Sinceramente, não me recordo.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor pode afirmar que encontrou quantas vezes com o Delúbio?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Três, quatro, cinco.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Seis, sete, dez?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não chegou a tanto.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Chegou a ter alguma relação com o Delúbio, também de amizade?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, porque ele já... Foi depois do mensalão. Não tinha relação, era só pura amizade. Ao contrário, ele estava cheio de problema também.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sei.

Então, nós podemos afirmar aqui que o senhor conheceu, em 2007, o João...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O João.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - ...Vaccari. E aí conheceu o Delúbio a partir do João ou antes?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso, a partir do João.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A partir do João. Em 2007. Fez um empréstimo...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 2008, final de 2008.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Logo em seguida, e recebeu logo em seguida.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ele devolveu em 2009.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E que participou da estruturação, teve uma posição definida, muito forte para os negócios da PETROS com a IMV? Uma participação...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Fiz uma estruturação. Participei da estruturação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Houve um prejuízo de 13 milhões. O senhor também tem conhecimento disso?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, eu não tenho conhecimento, porque eu não sei o que a PETROS conseguiu. Ela tinha toda a alienação fiduciária



da fábrica. Então, acredito que ela tomou a fábrica e fez alguma coisa com ela. Eu não sei qual é o prejuízo que ela teve.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu gostaria, Sr. Presidente, de registrar precisamente essas datas. Gostaria que o depoente pudessem nos auxiliar registrando essas datas das reuniões, do empréstimo, de quando conheceu e de quando teve esses encontros também com os dois ex-tesoueiros do PT.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O Sr. Delúbio, eu sinceramente não me lembro.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quanto aos empréstimos, você tem contrato assinado?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Tenho. O Dr. Carlos inclusive entregou ao Ministério Público, à Polícia Federal os contratos. Já saíram na imprensa. Fotos dos contratos já saíram na imprensa. Tudo isso já é oficial.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Para concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir, Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Quanto à CSA, o senhor afirma, então, que não tem nada, absolutamente nada a ver com a CSA?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu tinha a ver com o Sr. Rubens Andrade, que era..., que é dono da CSA. É um excelente estruturador financeiro. Nós éramos parceiros de negócios e estruturamos juntos essa operação.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E trabalhavam no mesmo local?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Trabalhávamos no mesmo local, dividíamos a despesa do escritório.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Fez reuniões ali também, com essas pessoas que eu citei?

(Não identificado) - Deputado Samuel, permite-me um aparte?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - O Vaccari, reunião, não. Ele ia me encontrar lá para a gente sair para almoçar.

(Não identificado) - Deputado Samuel, a assessoria me traz uma informação, que foi colhida no *site* da Receita. V.Sa. foi Conselheiro da CSA?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Não da CSA Project Finance. Eu fui Conselheiro da CSA Securitizadora. É outra empresa. Não é do mesmo grupo. Não é do mesmo grupo. São sócios diferentes.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Com fundos, qual das duas fez os negócios?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A CSA Project Finance.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - A outra, de que o senhor é conselheiro, nunca fez nada com fundos?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Eu fui conselheiro em 2000 e ...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Nunca fez nada com fundos? Negócios com fundos?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Olha, era uma securitizadora de ativos imobiliários. Ela deve ter feito, mas eu não me recordo. Ela era muito pequena. Tanto que eu era conselheiro, fui a três ou quatro reuniões de conselho e nada mais.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, por enquanto é isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ficou só uma dúvida. O senhor pareceu ser uma pessoa muito solidária. O senhor já fez empréstimos para outros amigos?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Para a família, vários.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para amigos, só o Vaccari?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, amigos também. Amigos também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Você tem contrato desses outros?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não tenho. Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só do Vaccari que tem contrato?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Só. Tenho o contrato.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E por que justificou o contato com a Vaccari e não com os outros?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Porque ele queria contabilmente. Ele queria o dinheiro legal, para não ser exatamente mal interpretado, como ele está sendo.

O SR. DEPUTADO ROCHA - No Petrolão ele não queria legal, no dele ele queria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, primeira coisa, Sr. Augusto Mente, qual é a sua receita anual nos últimos 5 anos, que o senhor lembre?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Receita mensal?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É. O que o senhor recebe?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só enquanto o senhor pensa, só para esclarecer, eu tinha dado a inscrição até o Deputado Samuel Moreira. Então, o Deputado Pompeo de Mattos e, como última inscrita, a Deputada Erika Kokay.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Quanto o senhor recebe por ano, que o senhor declara? Sua receita anual?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É que na verdade, hoje, a fazenda fatura por volta de 2 milhões/ano.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dois milhões/ano? Essa é a sua receita?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E nos anos anteriores?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não, é nos anos anteriores.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Em média, 2 milhões/ano.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em média, 2 milhões/ano?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Qual é o seu patrimônio?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Meu patrimônio... Deve ser de uns 20 milhões.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Em torno de 20 milhões. Imobilizada a maioria ou...?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Imobilizado. Totalmente imobilizado.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Esse dinheiro que o senhor emprestou para o Vaccari, o senhor tinha ele disponível, ou o senhor desimobilizou alguma coisa? São 400 mil!

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não. Eu tinha disponível.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tinha em banco?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em banco.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não era em *cash*?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não era em *cash*. Em banco.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Em banco. O senhor fez uma transferência?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Fiz uma TED para ele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Qual é o banco? Qual é o banco?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Itaú.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Banco Itaú.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Acho que era Itaú.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E recebeu?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Recebi no banco também.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não. No mesmo banco Itaú?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Acho que sim. Não me recordo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A gente vai conferir isso aí.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu tenho conta no Itaú e no Banco do Brasil.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor disse que conheceu em 2007 o Vaccari?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Perfeito.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor lembra em que circunstância? Onde?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu não me lembro quem me apresentou, mas, na verdade, a circunstância, eu já tinha.... Eu estava explicando



que é... Ele precisava... O Sr. João Vaccari não era..., foi para a BANCOOP e ele queria saber como é que estavam os fundos de mutuários.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu fui lá para dar uma analisada nos fundos de mutuários.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E aí formou uma amizade. Quantas vezes o senhor imagina que se encontrou com ele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ah, com o Sr. João, muitas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele ia na sua casa?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Muitas vezes?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Muito. É... Uma vez por mês. A gente almoçava, ou ele ia à minha casa ou eu ia à casa dele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor ia na casa dele? Então havia uma intimidade.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Havia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Uma coisa muito rápida?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Exato. Não, uma intimidade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nós somos amigos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Amor à primeira..., à primeira propina? Quer dizer, à primeira vista?

O senhor disse que acabou fazendo negócio com fundos com o Vaccari?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nenhum?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca fiz.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Vaccari fazia os negócios com o fundo?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu também não sei. Não tenho esse conhecimento. Para mim ele era tesoureiro do PT.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o negócio com a BANCOOP? O senhor deu orientação para ele?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Eu só falei para ele que ele tinha que corrigir as prestações em cima do INCC — Índice Nacional da Construção Civil.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E a relação da IMV com a PETROS?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não foi o seu Vaccari que...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tá, mas o senhor teve uma participação aí?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Tive, eu estruturei junto com o Sr. Rubens Andrade a operação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E qual é o tamanho do prejuízo?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu não sei, porque eu não sei o quanto a PETROS recuperou do negócio. O tamanho operação era 13 milhões.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E quanto o senhor ganhou nessa estruturação?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Quinhentos mil reais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Meio milhão de reais. Em quanto tempo?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 1 ano e meio.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Em 1 ano e meio de trabalho. E quem que pagou?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Foi a empresa IMV.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A IMV?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Em quanto tempo?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Um ano e meio.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Um ano e meio de trabalho. Quem lhe pagou?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Foi a empresa, a IMV, não é?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - IMV.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Hum! Hum!

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Saiu da Petros, isso?



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Saiu do caixa da empresa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor, no final, virou conselheiro, então, do Vaccari?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. No começo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - No começo.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu fui lá para dar uma olhada nos fundos de mutuários que ele tinha.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - No começo eu dei um conselho a ele: que ele deveria reajustar em cima do INCC.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Hum! Hum! E ele aceitou o seu conselho?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não sei. Não tenho ideia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E depois, isso no começo, e depois, o que o senhor fazia todo mês, várias vezes, nos almoços, nas visitas da casa.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A gente falava de política, falava de...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor já foi candidato, já?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Concorreu a alguma coisa?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nada.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não vai concorrer?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nada.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É dirigente partidário?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor falava de política.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É: política, econômica, tudo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ah! Política, tudo.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Normal.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Já fez doação?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Hã?



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Já fez doação político-partidária?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nunca. E a sua empresa?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Também não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E de quem o senhor era sócio?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Rubens de Andrade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E ele fez?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Também não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor tem certeza de que ele...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Absoluta.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - ... não fez doação nenhuma.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Bom, eu não posso dizer por ele, mas que eu tenha conhecimento, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Para concluir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Para concluir, Sr. Presidente.

Na verdade, o que dá para entender é que o senhor era, na verdade, o sócio do Vaccari. Vocês tratavam é o negócio todos juntos. Era uma sociedade, eu posso deduzir, uma sociedade informal. Encontravam-se, dá para dizer, toda semana, ou a cada 15 dias, ou na casa do outro, almoçavam juntos, era conselheiro, tratava de negócio, emprestava dinheiro, e pegava dinheiro, leva dinheiro. E... Bom, o Vaccari o senhor sabe onde é que está, não é? Então, está.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Última inscrita, Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor é investigado ou réu em procedimento no âmbito da Operação Lava-Jato?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não. Que eu saiba, não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ah, réu, não! Também não, também não. Nem investigado, nem réu.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não. O senhor não está nem sendo investigado nem é réu no processo da Lava-Jato?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor, portanto, não tem nenhuma relação com os processos ou com as pessoas que estão sendo investigados do ponto de vista negocial?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Negocial, nenhuma.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nenhuma. O senhor tem... O Sr. Youssef afirma no termo de delação que diversos institutos de previdência estaduais e municipais fizeram investimentos milionários no Fundo Máxima, criado para captar investidores para o crescimento de empresas Marsans. E ele fala do Fundo de Previdência Social do Município de Paranaguá, do Estado do Tocantins, o Fundo de Previdência do Município de Holambra, no Paraná, de Petrolina, de Pernambuco, e do Município de Cuiabá. E sobre os fundos que são objetos de investigação desta CPI — POSTALIS, FUNCEF, PREVIC e PETROS —, ele afirmou que nenhum desses fundos aportou recursos no fundo Máxima. E que ele, inclusive, chegou a tentar apresentar esse fundo para fundos de pensão, mas os fundos de pensão são objetos desta CPI, e que não houve qualquer tipo de conclusão ou prosseguimento desse negócio ou dessa perspectiva de negócio. O senhor acompanhou a constituição desse Fundo Máxima?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, nem conheço.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não conhece?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não conheço.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Também nem tampouco participou da apresentação desse fundo Máxima...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ... em um fundo de pensão...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ... que está sendo negociado...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ... aqui. *(Pausa.)* O Sr. Carlos Alberto Pereira da Costa afirmou que o ex-Deputado José Janene criou um projeto para



explorar energia, através da empresa CTSUL, que inclusive conseguiu contrato com a CEMIG.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor participou desse projeto?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Participei.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Participou. E qual foi a sua participação?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - De estruturar a operação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E foi essa relacionada...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Só que, aí, essa operação, o Deputado Janene perdeu o dinheiro porque ele não conseguiu uma licença ambiental. Ele tinha a mina de carvão no Rio Grande do Sul, mas ele não conseguiu a licença ambiental.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, ele conseguiu contrato com a CEMIG, mas ao não conseguir...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Conseguiu. Mas ele não conseguiu a licença ambiental de implantação da térmica. Era uma térmica de carvão mineral.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor já solicitou a... O senhor tem alguma relação com os dirigentes do Partido dos Trabalhadores para além dessas relações pessoais que já foram desfeitas aqui?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nenhuma, nenhuma.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor alguma vez sentou com algum dirigente do Partido dos Trabalhadores com o objetivo de angariar recursos ou coisa que o valha?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca, nunca.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A relação, portanto, do senhor com os fundos de pensão...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A minha relação é pessoal com o Sr. João.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A sua relação é pessoal. Está.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Pessoal com o Sr. João. Não...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, o senhor nunca tratou com qualquer dirigente do Partido dos Trabalhadores

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A minha relação é pessoal com o Sr. João.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A sua relação é pessoal com o Sr. João?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É pessoal com o Sr. João.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, o senhor nunca tratou com qualquer dirigente do Partido dos Trabalhadores acerca de...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - De doação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - ...recursos, enfim.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nem sua empresa prestou esse serviço ou teve essas relações.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor tem uma relação pessoal com o Sr. João Vaccari.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Tenho.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E essa relação fez com que o senhor pudesse ter esses encontros que o senhor aqui se reportou.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - De amizade. Exato.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E a sua relação, portanto, com os fundos de pensão, que são objetos. E com fundos de pensões, já foi perguntado, mas fundos de pensões municipais, estaduais, nenhum fundo de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nenhum. Só a Fundação CESP, antes de 1990. Só isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, o senhor já falou sobre isso, antes de 1990.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Fundo municipal, nunca. Nunca visitei uma Prefeitura.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E o senhor também não tem relação com a Operação, não é réu na Operação Lava-Jato.



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não tem qualquer tipo de investigação. Nunca foi condenado. Foi condenado em algum processo?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Graças a Deus, não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Já foi acusado? Já foi acusado de negócios ilícitos ou coisa que o valha?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, o senhor nunca teve nenhuma condenação nem nenhuma acusação acerca da sua participação em negócios ilícitos?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhora.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor, portanto, não tem elementos para que possa contribuir com esta CPI do ponto de vista da investigação dos fundos de pensão. Você pode contribuir de alguma forma, alguma notícia, alguma coisa que o senhor possa saber?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Olha, eu estou afastado há muitos anos. Eu não mexo mais com isso. A investigação de vocês é dos últimos 10 anos. Eu praticamente não mexi mais com fundos de pensão. Eu fui fazer outro negócio, que é de energia eólica.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A sua relação com os fundos de pensão, o senhor disse, foi em 1990?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ela começa em 90. Em 97 eu faço a operação Ferronorte.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Com o...?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - A operação Ferronorte nós fizemos com a PREVI e com a FUNCEF.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Em noventa e...?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 97.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Em 97.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 25 de agosto de 1997.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim.



O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Depois, eu vim fazer esta operação da IMV em 2004. Operação Ferro Norte

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Em 2004. Esta foi estruturada...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 2005 e 2006. Ela começou em 2005, me perdoe, e terminou em 2006. Teve um ano e meio de estruturação.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim. Então, o senhor não teve nenhuma... não teve, nesse período de investigação, que foi o período dos últimos 12 anos, o senhor não teve relação com os fundos de pensão?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhora. Não fiz mais nenhuma outra operação como fundos de pensão.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Nunca estive com nenhum desses fundos de pensão para sugerir qualquer tipo de acordo, de negócios, estruturando negócios, nada disso.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - As suas relações com os fundos de pensão, objetos de investigação desta CPI, tirando esse último de 2004, que já foi falado, a IMV, foram durante a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso, em 97. *(Risos na plateia.)*

Sr. Presidente, eu gostaria que houvesse respeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Solicito respeito à palavra da Deputada Erika Kokay, por favor.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - É muito bom, Sr. Presidente, porque nós queremos apurar as verdades, a verdade, e há alguns que não querem a verdade. Elegeram alguns culpados e querem apenas encaixar a sua construção da verdade nestes culpados, e, por isso, é muito importante que nós estejamos aqui investigando. O objeto de investigação desta CPI é sobre os prejuízos que houve, os déficits que houve, déficits contábeis, e se houve dolo acerca disso. Nós estamos nos detendo a isso há alguns meses já, nessa perspectiva. E penso que a verdade é absolutamente fundamental.

Obrigada pelos esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Encerradas as inscrições, só uma dúvida em virtude da pergunta da Deputada Erika Kokay, Sr.



Cláudio: quando essas empresas de energia ou alguma outra que veio depois, não ficou claro — o senhor já deixou registrado que não conseguiu formalizar nenhum tipo de contrato... Mas tentou, foi atrás, apresentou projetos.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nós tentamos captar, montamos um fundo de infraestrutura na área de energia eólica, mas não conseguimos captar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como se chamava o fundo?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu já vou... Não me recordo, desculpe-me.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas era um fundo de energia?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Era um fundo voltado à energia eólica, e não conseguimos captar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A que entidades o senhor apresentou o negócio?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nós éramos em 4 sócios. Nós tentamos captar nos fundos do Nordeste, porque, na verdade, o projeto era no Ceará, grande parte dos sites de energia eólica no Ceará. Então, foram vários fundos do Nordeste, porque os outros fundos às vezes têm restrições em investir em projetos de lá.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Presidente, ele falou da empresa, dos quatro sócios. Quem eram esses quatro sócios?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Raul Mota, Rogério Oliveira, Rubens Andrade e Cláudio Mente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Só uma pergunta. O contrato que o senhor assinou com o João Vaccari de empréstimo, ele foi registrado em cartório, ou foi contrato...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor. Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Informal, de gaveta?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - De gaveta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ou seja, não há nada que comprove a data da assinatura do contrato, porque não há reconhecimento de firma, não há registro em cartório. Essas formalidades não existem?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É verdade. Não existem.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode muito bem. E é só a hipótese que o próprio Carlos Pereira levantou de que pode ter sido assinado depois para justificar a transferência do negócio.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas há a transferência eletrônica, não?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu queria esclarecer uma coisa para o senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois não, pode esclarecer.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Quem fez o contrato foi ele, e se foi feito *a posteriori*, depois de 2010, como é que ele teria a cópia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Depois de 2010?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - É, porque eu saí do escritório em janeiro de 2010. Se foi feito agora, para cobrir o rombo, alguma coisa assim, por que ele teria a cópia?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É um questionamento que na acareação haverá de ser esclarecido, porque ficaram a sua versão, digna de legitimidade — é a sua versão —, a versão do Carlos Pereira Costa também é digna de legitimidade da parte dele. Agora, vamos ter que ter elementos. Como o Relator, o Deputado Sergio Souza, falou: como ele passa por um processo de negociação, de delação, ele terá o ônus de provar aquilo que alega. Então, não cabe a esta Presidência agora dizer quem está com a verdade. Nós iremos fazer as acareações. Essa ausência, já que se fez questão, Dr. Cláudio... É fato, que nenhum outro empréstimo que se realizou precisou de contrato. E esse, que precisou de contrato, nem ter firma registrada nem em cartório, então fica uma névoa a ser realmente esclarecida. Isso, eu acredito que só através de acareação.

Como houve muitas idas e vindas, já pensando nessa acareação, só para pontuar algumas coisas que foram ditas, o senhor disse que frequentava ou não. O Janene frequentava o seu escritório?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Havia uma sala lá para ele?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sim, senhor.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Vaccari frequentava também o seu escritório?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Ele ia... Frequentava o meu escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Alberto Youssef também frequentava o seu escritório?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Raramente, raramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ia lá?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Quando ia encontrar com o Janene, alguma coisa. Raramente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. O Delúbio não frequentava o seu escritório?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Nunca frequentou o meu escritório.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os encontros eram sociais?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Zé Dirceu, o senhor conhece?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sr. Presidente, apenas para... Retire-me uma dúvida, se o senhor puder, Sr. Cláudio. O tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, o ex-tesoureiro, frequentava, ele operava, trabalhava no seu escritório ou ele ia ao seu escritório apenas para encontrá-lo para que os senhores pudessem almoçar?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Só para me encontrar. Não trabalhávamos no escritório.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - E a relação do Sr. Janene era a mesma, ou o Sr. Janene trabalhava, ou tinha...

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Sr. Janene, na verdade, ela começou sendo a mesma, mas ela depois que... Eu me esqueci de mencionar um fato muito importante. A IMV precisou de um investidor. O Sr. Carlos e o proprietário da empresa me procuraram para dizer que precisavam de um investidor, que o dinheiro da PETROS não deu para terminar o projeto. Terminou a construção, mas precisava



de capital de giro. Aí, eu apresentei o Sr. Janene a eles para ele investir na empresa, como ele não fez, e perdeu muito dinheiro também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Essa relação com a IMV foi em 1997?

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Não, não, foi agora, de 2005 até 2006.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo, porque tinha ficado em aberto.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Em 1997, Ferronorte. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Agradeço...

Pois não. Vamos passar para a próxima oitiva.

Para um registro, Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Rapidamente. Naquele mesmo trecho da matéria do jornal *O Globo*, a Assessoria do PT confirma que o Sr. Cláudio Mente e o Sr. Vaccari estiveram várias vezes para conversar na CSA. Está aqui a matéria de *O Globo*, só para registrar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como disse, a alegação do PT acabou sendo contrária aos interesses do mesmo.

Encerrada esta parte da oitiva, agradeço a presença e as palavras do Sr. Cláudio Augusto Mente. Se quiser fazer alguma consideração final, fique à vontade.

O SR. CLÁUDIO AUGUSTO MENTE - Eu só agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Obviamente, ficará para uma próxima sessão deliberativa de requerimentos a possibilidade de ser aprovada ou não a acareação entre o seu depoimento e o do advogado Carlos Alberto Costa.

Agradeço também a presença do advogado, Sr. Cláudio Gama Pimentel.

Está dada a permissão a V.Sa. para que possa se ausentar, e convido à Mesa o Sr. Adilson Florêncio da Costa, ex-Diretor do POSTALIS.

Para atender às formalidades legais, foi firmado pelo depoente Termo de Compromisso, que integra o formulário de qualificação, de cujo teor solicito ao depoente que faça a leitura.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Adilson Florêncio da Costa por até 20 minutos. Lembre-se de que o senhor pode olhar ali, no relógio.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Cumprimento o Presidente Efraim; o Relator, Sr. Sergio Souza; os Deputados presentes e os demais participantes aqui, da oitiva. Bom, eu estou aqui na qualidade de ex-Diretor do POSTALIS. Vou traçar um breve histórico da minha passagem por lá. Eu entrei no POSTALIS em 1984, como auxiliar de serviço de escritório, e lá permaneci até março de 2012. Portanto, fiquei lá por 28 anos. Nesse período, ocupei várias posições. Além de auxiliar de serviços de escritório, segui toda a carreira administrativa, sempre na área financeira. Assumi responsabilidades nas áreas de investimentos, quando ocupei o setor de renda fixa e renda variável. Também cuidei da carteira de empréstimos e financiamentos. Fui assessor do diretor financeiro, gerente de aplicações patrimoniais e, a partir de 2005, diretor financeiro, diretor financeiro no período de 2005 a 2012, quando deixei a instituição. Gostaria aqui, Presidente, de chamar a atenção para um aspecto, que é o aspecto relativo à legislação. Eu vi aqui a Deputada... ouvi a Deputada Erika Kokay fazendo um comentário, e o próprio depoente que esteve anteriormente aqui, falando sobre a evolução dos controles dos fundos de pensão. E eu queria fazer um comentário também sobre a legislação, que teve uma evolução muito grande num período muito curto. Só para lembrar, os fundos praticamente foram criados em 1977, com a Lei 6.435. Nessa mesma época, foi criada a primeira legislação vinda do Conselho Monetário Nacional. Foi a Resolução 460, que foi precursora de toda a legislação posterior sobre assuntos relacionados a investimentos, que hoje redundou na Resolução 3.792, que é a que está em vigência. E chamo até a atenção para que essa legislação está sendo, pelas minhas informações, objeto de estudo para alterações, o que é, até certo ponto, preocupante, pelo que eu pude observar aqui, no depoimento de outras pessoas. Para eu ainda continuar um pouco sobre a legislação, quer dizer, nós tivemos uma revolução muito grande com o advento da Resolução nº 2.829, do Conselho Monetário Nacional, que ampliou substancialmente as possibilidades de investimentos dos fundos de pensão. Só pra lembrar, Presidente, no início desse processo de formação das entidades, existia



uma obrigatoriedade ou, por melhor dizer, uma compulsoriedade dos investimentos dos fundos de pensão, em alguns tipos de ativos. De lá para cá, nós tivemos uma evolução muito grande. Hoje existe uma liberalidade muito maior, que foi criada, a partir de 2001, com a 2.829. Até a 3.792, que é a que está atualmente vigente, não tem grande evolução. O que eu posso dizer é que, por exemplo, a política de investimentos, que hoje é uma obrigatoriedade de todos os fundos, passou a existir mais ou menos nessa época, ou seja, menos de 15 anos, não obstante essas fundações existirem, a partir de 1977. Questões relacionadas a controles internos também são recentes. O que eu quero dizer com essa legislação? Que houve uma mudança positiva, nos últimos 15 anos, muito relevante no controle dessas fundações. Eu queria aqui também fazer um breve comentário sobre a apresentação feita aqui sobre o POSTALIS, pelo ex-Presidente Alexej e pelo Presidente Conquista, que aqui estiveram. Eu queria destacar o que foi aqui objeto de debate da apresentação, de forma bastante relevante, que é a questão relacionada ao processo decisório da fundação. Não existe tomada de decisão, no fundo de pensão, de forma isolada; as decisões são colegiadas. O processo, como foi colocado aqui, na apresentação do Dr. Alexej, parte da apresentação de uma proposta de uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central ou pela CVM. É submetida a uma análise inicial pela gerência de aplicações patrimoniais, que elabora ou apresenta essa proposta ao Comitê de Investimentos. Abrindo um parêntese, o comitê também é uma figura recente de democratização dos fundos. Vem para menos de 15 anos a existência do comitê. E hoje praticamente é um órgão que compõe os estatutos da grande maioria das fundações. Mas, voltando ao assunto do processo decisório, após passar pelo Comitê de Investimento ou ser dado o conhecimento, é eleito um relator pra aquela proposta. E esse relator, amparado no relatório de análise da área técnica, submete ao comitê esse investimento para ser recomendada ou não a sua efetivação. Eu falo recomendado porque é uma confusão muito grande, inclusive uma confusão da própria PREVIC, que está materializado nas autuações que eles nos fizeram. O Comitê de Investimento, o POSTALIS — e eu acho que na grande maioria, se não todas as fundações —, é um órgão de assessoramento; não é um órgão de deliberação. Então, eles recomendam o investimento, mas quem decide, no final, são os



diretores, mais especificamente o diretor financeiro, no nosso caso, até um nível de alçada, que é o nível legal que está na legislação. Então, eu falei sobre o processo decisório, que é um processo colegiado de pessoas, de várias pessoas. Agora eu queria falar um pouco sobre a origem do déficit também. O POSTALIS apresenta um déficit acumulado, que não é uma situação nova. O POSTALIS tem um problema estrutural grave, que vem de muitos anos. Isso inclusive levou a uma negociação com a empresa, que assumiu uma dívida anteriormente, uma dívida legítima que ela estava pagando, e já foi comentado aqui também que a RTSA... E há uma confusão também, em cima da questão do déficit, de interpretação. A imprensa, pelo que a gente vê, a imprensa tem comentado e tem falado em rombo de 5 bilhões e 600 milhões de reais. É um déficit que realmente existe, Sr. Presidente, mas ele não é integralmente originário da área de investimento, acho que já foi dito isso aqui também, parte dele é originário da estrutura do plano mesmo, que precisa ser corrigida, e acho que a atual diretoria está trabalhando para isso já há algum tempo. Parte dessa dívida, que, apesar de ter sido reconhecida pela empresa, na nossa época, simplesmente foi abandonada, deixaram de pagar, aí eu não sei as razões porque eu já estava fora quando isso ocorreu. E parte realmente relacionada a investimentos, relacionada a investimentos que necessariamente não foram ainda geradores de prejuízos, quer dizer, são provisionamentos que foram feitos por uma decisão da diretoria atual, que obviamente se baseou em fundamentos técnicos para isso, no meu ponto de vista, bastante conservadores, porque a grande maioria desses investimentos têm garantia real, ou seja, é possível serem recuperados. Isso inclusive ficou muito claro no TAC, que foi firmado entre o POSTALIS e a PREVIC, com anuência dos Correios. Lá nesse TAC, que postergou a correção das contribuições dos participantes, está muito claro dito que parcela dos investimentos pode ser recuperada. Isso, por si só, já deveria anular várias autuações que eles nos deram, porque eles nunca reconheceram isso, mas lá no TAC, sim, eles reconheceram essa possibilidade de recuperação de ativos, assim como também aventaram a possibilidade de que esses recursos originários da dívida da empresa, a dita RTSA, pode ser — e deverá ser — objeto de recuperação. Eu acho que isso também está em curso da atual diretoria com a diretoria da empresa e com o próprio Governo, porque acho que isso envolve também o Tesouro Nacional. O que eu



quero... O que eu preciso dizer é que na nossa época esse assunto da dívida da empresa foi tratado, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, em todas as instâncias governamentais, absolutamente todas. Foi decidido no POSTALIS, em todos os seus órgãos estatutários, diretoria, conselho, foi levado à patrocinadora, que aprovou através da sua diretoria e do seu conselho, foi submetido à Secretaria de Previdência Complementar, salvo engano, que ainda não existia a PREVIC — eu não tenho muita certeza sobre isso —, mas foi submetido ao Ministério da Previdência, que também o aprovou, e que foi submetida ao Ministério do Planejamento na figura do DEST, que era uma obrigatoriedade, que também aprovou a constituição e o reconhecimento dessa dívida, e efetivamente uma boa parcela dela foi paga. Então, voltando à questão do DEST, é, sim, uma preocupação de todos. Eu sou participante do POSTALIS, como vejo vários aqui, e vejo, com muita preocupação também o encargo e a sobrecarga que pode ser colocada por conta desses déficits. E tem uma expectativa muito grande de que boa parcela desses investimentos, da parcela do déficit originário dos investimentos vai ser recuperada através da execução das suas garantias. E quero também falar um pouco sobre as autuações da PREVIC. A PREVIC fez três fiscalizações, estranhamente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, para o mesmo período. A primeira fiscalização redundou em 14 autuações, das quais 12 direcionadas ao POSTALIS. As outras duas também relacionadas ao POSTALIS, mas direcionadas ao Mellon. E mais à frente eu vou comentar. E aí houve uma invasão, inclusive de competência, porque a PREVIC não podia autuar o Mellon, porque o Mellon é uma instituição financeira que está subordinada à fiscalização da CVM, e não da PREVIC. Dessas 12 autuações, 10 delas tinham a mesma origem, que eram relacionadas a desenquadramento passivo. Desenquadramento passivo é quando... Explicando para quem não conhece aqui, desenquadramento passivo é quando os limites estabelecidos pelo Conselho Nacional ou pela Política de Investimentos do Instituto são extrapolados. Não por uma ação dos seus dirigentes, mas por comportamentos de mercado. A PREVIC não entendeu, nos autuou, e nós contestamos essas autuações, essas 10 autuações que têm a mesma origem de desenquadramento passivo, volto a dizer, que não trouxeram prejuízo à fundação, mas, não obstante esse fato, nós fomos praticamente penalizados em todos com a



pena máxima, ou seja, inabilitação e multa. Muito estranho. E tivemos — e depois eu vou entrar um pouco mais em detalhe — nós tivemos mais dois autos nessa primeira fase, um relacionado a imóveis, que foi uma decisão de alienar a carteira de imóveis, uma decisão da diretoria, uma carteira pouco representativa no global, mas que seguiu praticamente todos os parâmetros exigidos para a sua alienação. O POSTALIS, naquele momento, contratou a maior empresa do País e uma das maiores empresas do mundo para fazer essa alienação, para realizar essa alienação, para conduzir essa alienação. Não houve uma participação dos dirigentes ou de empregados do POSTALIS, a não ser quando do conhecimento do resultado. E por que a PREVIC nos autuou? Autuou por uma razão simples: a legislação contábil indica, obriga que num processo de alienação os imóveis devam ser reavaliados quando decorridos mais de 180 dias da sua realização. E aí os auditores fizeram alguma confusão sobre esse aspecto, porque aí tem alguns conceitos. Qual o prazo a se contar esses 80 dias? Seria a partir da assinatura da escritura? Seria a partir do início de um processo de negociação? Porque é um caminho longo, dependendo do momento que você vai considerar para contar esse prazo. Você tem problemas judiciais a superar para fazer a transferência de imóveis. Enfim, é uma série de parâmetros que têm que ser considerados para se definir esse prazo. A PREVIC simplesmente desconsiderou isso. Além disso, a Richard Ellis, que tinha a responsabilidade pela condução, em nenhum momento faria um negócio que fosse abaixo dos valores de mercado, já que era a maior empresa do setor. Agora, o mais grave de tudo isso, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, nesse caso dos imóveis, especificamente, para esse caso como para os outros, é que houve um cerceamento de defesa por conta da PREVIC. Por uma razão muito simples: se houve um vício na venda, na alienação dos imóveis, nós queríamos saber se esse vício, se esse erro trouxe algum prejuízo para o POSTALIS. Então, nós pedimos uma perícia e que fosse efetuada... Solicitamos à PREVIC uma perícia e que fosse efetuada uma reavaliação ou uma avaliação daqueles valores praticados por nós, que estava muito acima do mercado. A PREVIC simplesmente negou, o que é um absurdo. Então, continuando, desse primeiro lote de autuações, eu falei sobre 12 relacionados diretamente a nós, 10 relacionados a desengajamento passivo, um sobre imóveis e outro relacionado a um título de renda fixa chamado CCCB, que é o



Certificado de Cédula de Recebíveis, que foi feita contra o Banco Máxima e tendo a CELG na ponta final. Essa operação, senhores, não gerou nenhum tipo de prejuízo ao POSTALIS, nenhum tipo. Pelo contrário, foi proporcional a uma rentabilidade muito grande, muito acima da meta atuarial e muito acima da taxa SELIC. Isso constatado pela própria PREVIC e pela perícia, aí, sim, que foi autorizada, mas não no âmbito da PREVIC, mas no âmbito da Câmara de Recursos, que é um comentário que eu vou fazer posteriormente. Então, essa foi a primeira fase da fiscalização da PREVIC. Tivemos uma segunda fase que redundou em mais autuações, também sobre o mesmo período, e uma terceira fase sobre o mesmo período também. Essas outras fases, basicamente, elas alegaram algo estranho a nós, que foi combatido na nossa defesa — e abrindo parênteses também, defesas que estão acompanhadas das autuações que o Dr. Alexey deixou. Eu não as trouxe porque o Dr. Alexey deixou toda a documentação aqui, tanto as autuações quanto as nossas defesas. Então, a superficialidade das argumentações da PREVIC é de espantar, porque, qual foi o argumento básico para essa série de outras autuações que elas nos deram? Que o POSTALIS não observou todos os riscos inerentes à operação. É de uma superficialidade assustadora, Sr. Presidente: não observou todos os riscos inerentes às operações. Uma operação de crédito, quando a gente analisa, ela envolve o risco de crédito, obviamente, e normalmente é feita a contratação de uma empresa de *rating* para fazer essa parte do trabalho, e uma avaliação jurídica. Uma avaliação jurídica que, no nosso caso, também era terceirizada, feita por um dos maiores escritórios e com uma grande especialização na área de investimento. Há outros riscos inerentes à operação que foram tratados em controles internos, sem dúvida nenhuma. Mas, via de regra, crédito privado é tratado dessa forma. E assim é feito, não só no POSTALIS, e foi feito no POSTALIS dessa forma, como é em todas as fundações. Por essa superficialidade, Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, eu diria, sem sombra de dúvida, que o POSTALIS poderia ser autuado por todas as operações que ele realizou, não só por aquelas analisadas pela PREVIC, porque nelas não alteramos o procedimento. Na realidade, o que a PREVIC fez foi visitar o POSTALIS após o provisionamento feito e alguns problemas detectados. Mas, pelos conceitos usados por eles, superficiais, volto a dizer, eles poderiam nos atuar em todas as operações feitas por nós. E vou



um pouco mais longe: eles podiam punir e autuar, eu diria, quase a totalidade das fundações que não procedem de forma diferente. Então, foi estranho, mas, enfim, tem que respeitar, é o órgão administrativo, autuaram, e nós apresentamos as nossas defesas. E a grande maioria dos julgamentos está em fase de recursos na Câmara de Recursos de Previdência Complementar. Eu queria falar também um pouco sobre o Mellon, o BNY Mellon — Bank of New York Mellon, que também tem sido aqui objeto de grande debate, e acho que mostra o nível de responsabilidade e amadurecimento que o setor teve. O Mellon assinou um contrato conosco, um contrato que prevê — um contrato de administração fiduciária — a responsabilização por todas as operações feitas, inclusive com indenização se algum dano for causado. Eu não vou entrar no mérito das operações feitas em fundos de investimento, porque essas operações são de responsabilidade desses fundos e estão sob fiscalização da CVM — Comissão de Valores Mobiliários, e não da PREVIC. Eu vou me referir mais especificamente a um caso que eu acho líquido e certo, que é o caso das operações feitas pelo POSTALIS no exterior, no chamado Fundo de Investimento de Dívida Externa. Fundo de Investimento de Dívida Externa, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Relator, é uma operação praticamente como aqui... Abrindo um parêntese — eu achei também um absurdo a PREVIC, o Diretor de Fiscalização da PREVIC estar aqui e assumir o papel de agente do Tesouro, porque ele veio aqui defender um tipo de aplicação, mesmo sendo em Tesouro, títulos do Tesouro Nacional, que é um título, como todos sabemos, de menor risco. Esses títulos não estão livres de uma desvalorização, basta a gente olhar o que aconteceu na Argentina há pouco tempo e o que acontece na Venezuela também. Então, o que eu queria dizer, voltando ao Mellon, é que essa operação específica do Fundo Brasil Sovereign II — FIDE, que tem... Dentro dele, deveria ter 80% de títulos da União negociados no exterior e uma liberalidade de se negociar 20% de qualquer ativo negociado no exterior, mas ela foi desobedecida, isso é um fato. Isso gerou um grande prejuízo. E quando se fala em falhas por dolo ou não do Mellon, isso é uma responsabilidade que era deles, eles tinham a responsabilidade de resguardar isso. O fundo, no momento em que essa operação foi feita... E é a operação mais grave que houve dentro do Mellon. Existia um documento nosso, em comum acordo com o Mellon, que o fundo estava bloqueado, porque nós tínhamos conhecimento de que



havia uma investigação em curso na CVM sobre o fundo e, como a CVM não havia dado conhecimento ao POSTALIS, assim como o administrador também não havia dado conhecimento ao POSTALIS do conteúdo dessa investigação, nós decidimos bloquear esse fundo até que fosse esclarecido. A informação que tivemos do gestor é que eram questões relacionadas a modelo de precificação de títulos. Mas, independente disso, nós simplesmente bloqueamos. E o Mellon era o guardião disso, e ele não foi capaz de cumprir essa tarefa. Por isso, sem entrar no mérito das outras operações feitas pelos fundos que estavam embaixo, estavam sob a guarda do Mellon, essa é a de maior relevância e de que eu também tenho conhecimento. Isso ocorreu logo na nossa saída. Nós deixamos a recomendação de que o Mellon fosse acionado, assim como o gestor, e isso foi feito. E esta CPI já tem conhecimento também de que existe uma ação em curso contra o Mellon. É... Dito isso, Sr. Presidente, Sr. Relator...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Já para concluir.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Para concluir, eu queria me colocar à disposição, agradecer esta oportunidade, novamente, para responder aqui as dúvidas mais específicas que os Srs. Deputados, o Sr. Presidente, o Sr. Relator tiverem sobre os assuntos relativos ao POSTALIS durante o período da minha gestão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem. Agradeço as suas palavras iniciais. Vou passar a palavra ao Deputado Sergio Souza.

Ao tempo, só quero que leve muito em consideração, Sr. Adilson, aquelas pessoas que estão ali ao fundo, com camiseta amarela do POSTALIS, o que tem sido muito comum aqui. A sua vinda aqui é uma demonstração de respeito a essas pessoas, que querem ver esclarecidas as diversas denúncias, autuações que existem referentes a esse sistema. (*Palmas.*)

Com a palavra o Relator, o Deputado Sergio Souza.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Boa tarde, Sr. Adilson, Sr. Roberto.

Sr. Adilson, desde que iniciamos os trabalhos nesta CPI, é muito esperado, por esta Comissão, o depoimento de V.Sa.; e não só pela Comissão, como também pelos participantes do Fundo de Pensão do POSTALIS, porque V.Sa. foi Diretor



Financeiro por 7 anos do POSTALIS. Eu queria ouvir de V.Sa. se V.Sa. acha que a sua gestão foi uma boa gestão no POSTALIS.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sr. Relator, eu considero que, considerando a conjuntura que a gente passou nesse período — a gente está falando de 2015 a 2012 —, nós tivemos grandes dificuldades nesse período, não só na questão estrutural do plano, como também crises, como a crise de 2008, enfim, a necessidade de assumir algum risco adicional por conta da queda da taxa de juros, que ocorreu também em determinado período da minha gestão. Então, com todas as dificuldades que tivemos, sim, nós fizemos o que foi possível.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor, como Diretor Financeiro de um importante fundo de pensão brasileiro, o senhor acompanhava os investimentos dos demais fundos de pensão no mesmo período, ficava sabendo, participava de reuniões que discutiam isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Acompanhava, sim. Acompanhava porque nós tínhamos contratado uma empresa, de nome Risk Office, que fazia uma avaliação mensal e, além da avaliação mensal das nossas aplicações, também trazia uma visão geral sobre o que estava ocorrendo no segmento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E me diz uma coisa: o senhor no período em que foi Diretor Financeiro, o senhor pegou o POSTALIS com que patrimônio? O senhor se lembra mais ou menos do patrimônio? O senhor estava lá em 2002?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, não, em 2005.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em 2005?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não me recordo, desculpe-me, mas eu não tenho essa resposta.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E quando o senhor entregou, o senhor se lembra?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Quando eu saí, o patrimônio estava por volta de 6 ou 7 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o déficit quando o senhor pegou, qual era o tamanho do déficit?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O déficit em 2005...Foi um período... O déficit, eu não me recordo, mas o déficit equivalia, salvo engano, que foi o que motivou, inclusive, o debate sobre questões relacionadas à RTSA — Reserva Técnica de Serviço Anterior, relacionadas a saldamento, era um déficit elevado. Eu não vou precisar o número aqui, que eu não me recordo também.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E quando o senhor deixou, o déficit era de quanto?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nós temos dois planos, eu acho que é bom dizer isso, nós temos o Plano Postalprev, que é um plano de contribuição variável, e um plano de benefício definido, que foi saldado em 2005.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o plano saldado?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O plano saldado, quando eu saí, eu acho que existia um déficit, eu não tenho certeza. E também não sei, não me recordo dos números, mas não eram... não tinha essa relevância que tem hoje.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Deixe-me só entender. O senhor entrou em 1984 na FUNCEF?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na POSTALIS, em 1984.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na POSTALIS, perdão, na POSTALIS. E o senhor ficou até 2012 e, de 2005 a 2012, o senhor foi Diretor da FUNCEF, e o senhor não se recorda de nada?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - De números, não; eu não trouxe, eu estou há 4 anos fora do POSTALIS praticamente, estou fora do sistema.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vamos lá, o senhor conhece o Sr. Alberto Youssef?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em que período que o senhor o conheceu?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu acompanhei o depoimento aqui, Deputado, e ele falou que no início dos anos 2000. Eu não me recordo, mas eu acho que foi nessa época mesmo, entre 2000 e 2005, nesse período.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor manteve contatos com ele no período em que esteve à frente da Diretoria Financeira?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tive um encontro com ele no período, eu acho que isso foi por volta de 2010.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Para tratar de algum assunto específico?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, foi um encontro num restaurante, que o Dr. Alexey esteve aqui e até comentou, e eu estava presente com ele também. Nessa ocasião, eu acompanhei a oitiva do Dr. Alexey, estávamos juntos nesse período.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Eu não entendi, como é que é? O senhor encontrou com ele por qual razão?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu encontrei com ele em 2010, o senhor perguntou o período em que ocorreu isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sim, isso.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A única vez, o único período em que eu o encontrei, enquanto Diretor, após conhecê-lo, foi nesse período de 2010. Nessa época de 2010, eu não me lembro especificamente de qual a data.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Trataram de algum tipo de negócio?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não foi um... Encontramos num restaurante, não tratamos de outro assunto.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Chegaram a marcar um almoço, é isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Eles estavam numa mesa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Um encontro casual?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Alguma vez ele ou alguém que poderia ter sido autorizado a se dirigir ao POSTALIS para tratar de algum tipo de investimento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Durante a minha gestão, não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não. Diga-me uma coisa: como se deu a indicação de V.Sa. para compor a Diretoria Executiva do POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É... Isso foi em 2005. Eu era gerente de aplicações patrimoniais. E, dentro de uma lógica de hierarquia do



POSTALIS, na Diretoria Financeira, eu era naturalmente um sucessor do Diretor Financeiro. Naquele momento, a gente passava por uma crise, que resistia à CPI dos Correios. Houve uma troca na, na, na época, e o então Presidente da patrocinadora indicou o meu nome para o Conselho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem era o Presidente da patrocinadora?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Jânio Poench.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - V.Sa. já disse aqui antes, mas eu gostaria de ouvi-lo novamente. V.Sa. já conhecia o Sr. Alexey Predtechensky, o Russo, antes de integrar a Diretoria do POSTALIS. De onde V.Sa. o conhecia e qual era o nível de intimidade que V.Exa. tinha com o Sr. Alexey?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Desculpe-me, eu não o conhecia antes de ele assumir a Presidência do... Se eu falei isso...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ah, então eu não entendi...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - ...eu cometi um equívoco. Eu não o conhecia antes de ele assumir a Presidência do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - V.Sa. atualmente reside ou residiu em um imóvel que antes residia o Alexey?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Resido, eu adquiri esse imóvel dele.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - V.Sa. adquiriu diretamente dele?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Diretamente dele... Foi uma operação... Ele comprou o imóvel e eu comprei o imóvel dele.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vocês tinham um grau de amizade?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na... Antes?

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - No POSTALIS, não; atualmente, temos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Durante, durante o POSTALIS.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tenho... Tinha um grau de amizade, sim.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mantém isso ainda?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Mantemos até hoje.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor conheceu o Diretor Financeiro do POSTALIS que lhe antecedeu?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conhecia.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O Sr. Ricardo Oliveira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conhecia, ele foi o meu subordinado durante alguns anos também como Gerente de Investimento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Diga-me uma coisa: como é que se dá o procedimento de governança no que diz respeito à aprovação de um investimento no POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Então, o... O processo de investimento parte de uma proposta feita por uma entidade financeira, por uma instituição financeira, quer dizer, o POSTALIS sempre manteve a porta aberta para qualquer entidade, obviamente alguém poderia ligar lá e agendar...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De investimento; mas e de governança dos fundos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Dos fundos? Dos fundos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De todos os recursos do POSTALIS, como é que se dava o processo de governança no que diz respeito, no momento de aprovação de um investimento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Então, exatamente: nós recebíamos uma... Tudo parte de uma proposta de investimento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É... A partir dessa proposta é feita uma triagem e, se esse investimento atende a pré-requisitos, previstos na política de investimentos e previstos na resolução do Conselho Monetário Nacional, ele é submetido, ele segue, ele é submetido ao setor de análise, que é monitorado por uma gerência, uma gerência de aplicações patrimoniais. Atualmente, é uma gerência de investimentos. Posteriormente, é dado conhecimento ao Comitê de Investimento. Conclui-se e elege-se um relator para esse investimento específico. Concluído o processo de análise, o assunto volta ao Comitê, que recomenda ou não a realização desse investimento. Em caso positivo, a definição de limites para esse



investimento é feita pelo Diretor Financeiro, se tiver dentro do seu limite de alçada; se não, é levado à Diretoria Financeira...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Abaixo de 2%...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Dois por cento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Abaixo de 2%...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Abaixo de 2%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A competência da decisão é do Diretor Financeiro.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É do Diretor Financeiro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, era de V.Sa.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Durante 7 anos.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Durante 7 anos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer que todos os investimentos feitos pelo POSTALIS abaixo de 2% foram autorizados por V.Sa.?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foram autorizados por um Colegiado, que compõe o Comitê, que compõe a Diretoria e que também...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Foi analisado, mas quem decidiu investir foi o senhor.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Quem decidiu... Existe também uma figura, Sr. Relator, que é a figura do Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado — AETQ.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o que ele faz?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele, em última instância, autoriza o investimento. E, no período, essa...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer que todas as decisões de investimentos, uma vez passadas pelo Comitê, chegadas a V.Sa., todas elas são encaminhadas para essa última decisão?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É uma decisão colegiada. Na realidade, ela é discutida entre o Diretor Financeiro e o AETQ, que, no caso, é...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem era?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - No caso, o Presidente do POSTALIS. Naquele momento, era o Presidente do POSTALIS. Isso eu acho que hoje mudou, mas, naquele momento, era o Presidente do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem era o Presidente do POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era o Alexey, o Dr. Alexey.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, na verdade, era uma decisão do senhor e do Sr. Alexey, é isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Quem assinava todos os investimentos, todas as autorizações era esse Colegiado. Em última instância, era o Presidente e o Diretor Financeiro.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E esses 2% auferidos eles eram por operação ou eram anuais?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A legislação não é clara sobre isso, Sr. Relator. Sempre há uma dúvida.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E eram vocês que interpretavam?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era uma interpretação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era a postura do POSTALIS? Era 2% por ano ou 2% por investimento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ela era 2% por um determinado período, ou por investimento ou por data efetuada. A gente considerava...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na sua gestão, qual era a metodologia utilizada?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A gente considerava que os 2% eram para um único investimento.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

Com relação à contratação do administrador fiduciário BNY, o senhor participou do processo de contratação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Participei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como se deu a escolha do BNY?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nós tínhamos, anteriormente, a figura, que era uma figura até exigida por lei, que era a figura do custodiante, que



era uma exigência legal. E apareceu, com a evolução dos conceitos de gestão, a figura também do administrador fiduciário, que tem uma responsabilidade maior. A figura do custodiante nunca foi abandonada, tanto que ela permaneceu mesmo com a contratação do BNY Mellon. A vantagem que nós tínhamos realmente de ter o Mellon como administrador fiduciário era o fato dele acompanhar praticamente todos os investimentos de todas as carteiras, não só da carteira própria, mas também dos fundos de investimentos contratados não só pelo POSTALIS, como por eles também. Então, na realidade, o contrato do Mellon abrangia a quase totalidade dos investimentos, com exceção da carteira de empréstimo e da carteira de imóveis. Então, era uma vantagem muito grande, dadas as garantias oferecidas pelo Mellon.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Deixe-me entender. Quem apresentou o BNY Mellon a V.Sa. ou ao POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Mellon já era um banco tradicional em administração. Ele era administrador de vários fundos em que o POSTALIS era investidor. Então, nós já o conhecíamos de uma data maior.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É comum os fundos contratarem um administrador e também um gestor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É comum.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É comum?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É comum.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Diga-me uma coisa, o que quer dizer essa administração fiduciária?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É um conceito um pouco mais amplo do administrador normal, a partir do momento em que, contratualmente, esse administrador oferece garantias que o administrador normal não oferece. Daí vem a grande vantagem, quer dizer...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Então, é o seguinte: quer dizer que o BNY Mellon, a partir do momento em que ele passou a ser administrador dessa carteira do POSTALIS, ele deu a garantia de investimento seguro. É isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele deu a garantia de que todos os investimentos seriam feitos obedecendo às regras estabelecidas pela política de investimento e pelas normas aplicáveis ao investimento.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E o senhor acha que ele obedeceu?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - No caso específico que eu citei, não. Nos outros casos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Em que casos ele não obedeceu?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele não obedeceu no caso do Fundo de Investimentos de Dívida Externa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era fundo de investimento externo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Brasil Sovereign.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era o valor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O valor que estava sob a responsabilidade dele era de mais ou menos 400 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer que 400 milhões de reais... Ele não obedeceu, então, ele teria a obrigação de devolver esse valor, porque ele era um administrador fiduciário. Tinha a garantia.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É, ele teria, porque ele não observou a legislação aplicável à época e, por um ativo operacional ou não, isso acabou passando.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conheceu a figura, a pessoa do Sr. Fabrício Neves?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheci.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele operou isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele era o gestor do fundo. Existia...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Qual era o fundo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Atlântica. A gestora era a Atlântica. O Mellon era o administrador fiduciário.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como se deu essa operação? Era um investimento em títulos da dívida pública brasileira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E como é que...



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Existe uma regulamentação específica, Sr. Relator, que determina que 80% do valor aplicado nesse tipo de fundo têm que estar em títulos públicos da União negociados no exterior, e que os outros 20% podem ser livremente aplicados em qualquer título no mercado mundial. No caso específico da Atlântica, a opção por esses títulos de crédito privado era por notas estruturadas. Na realidade, esse fundo, quando constituído, tinha como objetivo unicamente ter uma carteira constituída em dólar. A unidade era um fundo em dólar, que deveria se comportar de acordo com a PTAX. Então, isso mostra, inclusive, o acerto. Tinha uma lógica na definição dessa estratégia, porque existia uma correlação negativa entre o desempenho do dólar e o desempenho da bolsa. Então, um equilibrava o outro. E assim ocorreu.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo, mas ele transformou um título brasileiro ou ele comprou outros títulos? Como ocorreu isso? Que títulos ele comprou?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso ocorreu já no final de 2011, salvo engano...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Na sua gestão?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na minha gestão ainda, no mês de dezembro de 2011. Eu saí da Diretoria em fevereiro de 2012. Ele fez a troca desses 80% dos títulos que deveriam estar investidos em títulos da União negociados no exterior por uma nota estruturada, que é um título privado. Então, o fundo ficou desenquadrado em 100%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a FUNCEF não percebeu isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Perdão. O POSTALIS não percebeu isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O POSTALIS percebeu isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E qual foi a ação adotada pelo POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Só para a gente se localizar em nível temporal e para corroborar o que afirmei sobre a falha operacional do Mellon, essa operação ocorreu, salvo engano, no início de dezembro 2011.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ela só foi constatada pelo Mellon no final do mês de janeiro, com todas as carteiras rodadas e praticamente o balanço fechado. Então, todas as carteiras tiveram que ser reprocessados por conta disso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E há um provisionamento dessas perdas?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Aí, houve um impacto imediato na carteira dos fundos, porque existe um modelo de precificação dos fundos em que o administrador fiduciário Mellon acabou por determinar que os títulos que substituíram os títulos da União estavam com uma valorização acima do valor real, que deveria ser, dado o lastro que tinha, que eram títulos da Venezuela e títulos da Argentina.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. E foi provisionada uma perda de quanto?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não me recordo, mas cerca de 200 milhões, salvo engano. Isso foi posterior já à minha saída do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Já há uma ação nesse sentido?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tem uma ação já nesse sentido. Foi a recomendação que nós deixamos também: que o caso fosse encaminhado à CVM, que fosse constituído advogado para que gestor e administrador fossem acionados por conta dessa falha. É uma ação que está em curso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Teve alguma outra operação administrada pelo BNY Mellon que teve problemas?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu tive... Teve... Tivemos algumas outras operações de crédito...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quais foram? O senhor pode...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não me lembro. Desculpe-me, mas tivemos algumas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Nenhuma outra?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não consigo me lembrar, mas...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sr. Adilson, o senhor está sob juramento, lembrando o senhor aqui.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu sei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Isso é muito importante.

O senhor foi funcionário de 1984 a 2012. São vinte e tantos anos, 28 anos. Durante 7 anos, o senhor foi Diretor Financeiro de uma instituição...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...importantíssima, que tem sob ela albergados todos os funcionários dos Correios do Brasil. Olha o tamanho da responsabilidade disso: a garantia de pensão e de aposentadorias desses servidores, e o senhor não se recorda de quais foram os outros prejuízos? (*Palmas.*)

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sr. Relator...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - É muito importante que o senhor se lembre de que o senhor está sob juramento.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Claro que sim. Agora, eu gostaria só de relembrar que eu estou, há 4 anos, fora do POSTALIS, e existem questões relacionadas...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, mas o senhor lembrou muito bem aqui os fatos de 1985, de 1995, o senhor se lembrou muito bem.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É, eu falei sobre...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E de 4 anos atrás o senhor não se lembra?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu falei sobre legislação, Sr. Relator. O senhor está perguntado de algum problema que tenha ocorrido...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Não, o senhor se lembrava dos anos em que o senhor conheceu fulano, beltrano, que se encontrou em restaurante. O senhor se lembrou muito bem disso. Agora, de uma situação que gerou prejuízo, quando o senhor era Diretor Financeiro, o senhor não se lembra?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não me recordo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Pois, é.

Quando da escolha do BNY, não houve outras propostas? Somente ele se apresentou como interessado?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na época, salvo engano, eu acho que era a única empresa que estava iniciando esse processo de inserção desse novo conceito de administração fiduciária. O que normalmente os outros grandes bancos faziam era um trabalho de custódia e de controladoria...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - ...e não era tão abrangente.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - As decisões sobre investimento tomadas pelo administrador fiduciário BNY eram previamente levadas à apreciação do Diretor Financeiro?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Era o BNY que tomava decisão de como que ia investir e da forma que ia investir?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O que estava sob a gestão dele... Porque aí há que se fazer, Sr. Relator, uma diferença. Nós temos o Mellon enquanto administrador fiduciário e temos o Mellon também enquanto gestor...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - ...da carteira.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O que estava sob responsabilidade dele era de total responsabilidade dele, ele não submetia a nós.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como é que a BNY... Como é que chegava à administração financeira... Aonde ela deveria... O que ela administrava? A tomada de decisão... Porque nós já ouvimos, aqui, nesta CPI, por vezes, que a POSTALIS era onde se recebiam as propostas de investimentos. Após a decisão tomada, como V.Sa. já nos explicou aqui, tomada de forma conjunta, e uma decisão final do senhor e do Presidente da POSTALIS, aí que se encaminhava à BNY — é isso? —, administradora, para administrar esse investimento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, era... Na realidade, quando a proposta chegava, a liquidação da operação necessariamente passava pelo Mellon, que era o administrador fiduciário. Então, ela, previamente, tinha conhecimento do que nós estávamos fazendo na carteira própria, assim como tinha conhecimento também do que...



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - acontecia em todos...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas a decisão era de vocês?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na carteira própria, a decisão era nossa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O que era a carteira própria e o que que não era.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Carteira própria era o que estava sob nossa gestão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quantos por cento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso devia representar... Variou, mas devia representar mais de 50%.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Cinquenta por cento carteira própria e 50%...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - ...estava sob a gestão da BNY?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - BNY e vários outros gestores subcontratados.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conheceu o Sr. Zeca de Oliveira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quem que é Zeca de Oliveira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Zeca de Oliveira era o Presidente do BNY Mellon.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe dizer se ele continua na BNY?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Pelas informações que eu acompanhei pela imprensa, ele saiu já há um bom tempo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Ele ia constantemente até o POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eventualmente, não constantemente.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor conversou com ele alguma vez?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conversei.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe qual é a função dele hoje, quais são os negócios dele hoje?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele continua no mercado, numa empresa também de administração, mas eu não me lembro, não me recordo do nome da empresa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Administração de...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Administração de recurso.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De recurso de fundos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - De fundos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Tem recurso dos fundos do POSTALIS lá?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não tenho conhecimento, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor sabe, na época, quem eram as pessoas do BNY que prestavam um serviço de administração fiduciária ao POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Da Diretoria, como Diretor Comercial, tinha o Roberto Pinto, que fazia a interlocução. Basicamente era ele. Tinha alguns gerentes também. Passaram várias gerentes, mas eu não recordo o nome deles.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Está bem. E o Zeca Oliveira, não é?

O Zeca Oliveira apresentou algum investimento que, pelo valor, pudesse ser aprovado pelo senhor dentro da alçada de Diretor Financeiro?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Zeca nunca me apresentou investimentos.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo. Aproveitando o tempo que me resta, Sr. Adilson, o que o senhor pode nos dizer sobre Grupo Galileo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Galileo é um grupo de que o POSTALIS foi investidor. Ele é um grupo que foi constituído única e exclusivamente



pra assumir a manutenção de universidades, mais especificamente no início do investimento realizado na Universidade Gama Filho, que foi um investimento feito pelo POSTALIS. Isso foi em 2011, um investimento de cerca de 80 milhões de reais. Esse investimento seguiu todos os procedimentos previstos na política de investimento. Teve uma análise técnica, foi feita uma análise de crédito — era uma debênture de uma sociedade de propósito específico — e também foi feita a devida avaliação jurídica da operação.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Essa tomada de decisão, como se deu? Como chegou esse investimento até o POSTALIS e como se deu a tomada de decisão desse investimento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Esse investimento foi proposto ao POSTALIS pelo Banco Mercantil do Brasil — BMB, que trazia junto à companhia a pessoa realmente que estava conduzindo todo o processo, que era o Márcio André, que assumiu a presidência dessa empresa.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Marcos André?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Márcio.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Márcio André. Certo.

E como é que se deu a tomada de decisão?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A partir da proposição feita, o modelo inicial proposto pelo BMB não se adequava dentro das características de SPE que foi formada ao investimento elegível; foram sugeridas alterações, já que era o interesse do POSTALIS entrar nesse segmento de educação. Várias alterações foram feitas, foi corrigida e constituída uma sociedade de propósito específico cujo objetivo era investir, volto a repetir, na manutenção de escolas e universidades, no segmento de educação. E o primeiro investimento que já estava relacionado a essa operação era o investimento na Universidade Gama Filho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E por que vocês decidiram investir nessa universidade?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Primeiro, quando veio a proposta de investimento das debêntures, praticamente já existia a destinação dos recursos para essa operação da Universidade Gama Filho, já existia um casamento prévio.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Quer dizer que já estava previamente ajustado? É isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, já existia uma destinação desse recurso. Quer dizer, o recurso não ia ser aportado para se prospectarem novos negócios.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Se fosse uma outra universidade, não seria investido? Só para a Gama Filho? É isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, os recursos estavam destinados a uma operação a ser realizada com a Universidade Gama Filho. Isso é um fato.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Como é que isso ocorreu?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi feio um aporte em papéis, em debêntures dessa SPE de nome Galileo, que adquiriu o controle, ou a manutenção, não o controle, da Universidade Gama Filho.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Vocês não chegaram a verificar na época que o Grupo Galileo e a Gama Filho já estavam com dificuldades? Houve alguma recomendação para não fazer esse tipo de negócio?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Galileo era uma empresa nova, que estava sendo constituída. A Universidade Gama Filho é uma universidade tradicional no Rio, uma universidade tradicional de praticamente 50 ou 60 anos. A operação, além de toda a segurança que a gente tinha, ainda tinha uma garantia no curso de Medicina, que era um curso com a menor inadimplência que existia. Essa operação é diferente do que se deduz. Antes do descredenciamento da Universidade Gama Filho pelo MEC, ela cumpriu com todas as suas obrigações. E aqui eu vou dizer que existiam obrigações relativas a amortização, ao pagamento de juros. E todos esses...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E ao final, também houve um ao POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ficou um prejuízo.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De quanto ficou?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foram investidos cerca de 80 milhões e foram resgatados cerca de 45 antes do descredenciamento. Isso em valores, falando em principal.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E os outros 35?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Os outros 35, hoje existe ou deve existir um processo judicial contra, porque a Galileo continua a existir.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - E a BNY era também a administradora desse fundo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Isso era uma debênture, era um ativo que estava dentro da carteira próxima.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Certo.

Sr. Presidente, o meu tempo já se encerrou, mas eu tenho só mais uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Conclua, por favor.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor, Sr. Adilson, disse que pagou, foi penalizado pela PREVIC com algumas multas e também com restrições. Certo? Quantas multas? Qual o valor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foram julgadas até agora, no último grau, uma, creio que uma, mas de um total de 24 atuações, algumas com inabilitação...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Houve a aplicação de uma multa tão somente?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor recorreu ou não? Pagou?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, eu não paguei. Eu vou recorrer à Justiça porque, como disse aqui na introdução, na abertura...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Mas o senhor não acha que 24 processos é um sinal de que de fato houve uma má gestão durante o seu período no POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Como eu disse, eu até separei muito bem aqui, o primeiro bloco de atuações — que foram 12, como eu



volto a lembrar aqui — diziam respeito simplesmente a desenquadramento passivo, não era prejuízo. Enfim...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Entendi. Certo.

Mas aqui nós falamos, durante esses 30 minutos em que eu pude lhe inquirir, de vários prejuízos já provisionados inclusive durante a sua gestão. Isso não é a razão das multas aplicadas ou dos processos existentes na PREVIC?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não deveria ser, Sr. Relator. Com todo o respeito à PREVIC, existe lá...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor acha que o senhor mereceria um troféu então?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Coexistia, existe na PREVIC um conceito de supervisão baseado em risco. Tá? Só que, pela forma que a PREVIC coloca, ela só chegou... E aí, abrindo um parêntese também, eu não vou omitir que o POSTALIS sempre aplicou e correu alguns riscos dentro do que a legislação permitia. Mas a PREVIC, na minha opinião, deveria estar presente desde a origem desses investimentos, como é o caso do FIDE, em que o POSTALIS foi um dos primeiros fundos a investir, como diversos outros investimentos efetuados pelo tempo durante a minha gestão.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor já foi sócio de alguma empresa, Sr. Adilson?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Sua esposa já foi sócia ou é sócia de alguma empresa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Já foi.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - De qual empresa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não sei...

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - Uma empresa de consultoria?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É uma empresa de consultoria.

Eu não sei o nome.

O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - O senhor não sabe?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não sei. Eu não me lembro do nome dela.



O SR. DEPUTADO SERGIO SOUZA - A empresa de que a sua esposa era sócia. Está bom.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sr. Adilson, só sobre essa questão da PREVIC, o seu colega Alexei, quando esteve aqui, acusou a PREVIC de estar aparelhada pelo PT, e por isso seria objeto de perseguição. O senhor se acosta a esse pensamento dele ou não?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É, sabidamente a PREVIC é uma estrutura que,, historicamente, desde que o PT ascendeu ao poder em 2003, está embaixo de uma estrutura partidária, uma estrutura do PT — isso não tem dúvida —, com intervalo durante a gestão do Senador Garibaldi Alves, que foi no primeiro Governo Dilma. Eu diria, Sr. Presidente, que houve um excesso por parte da PREVIC e eu diria que as pessoas que lá estão obviamente foram indicadas pelo PT, não há como, ou sob a gestão do PT. Agora, sinceramente, esse exagero, eu acho que aqui o ambiente da CPI, que é um ambiente imparcial, recebidos todos os documentos, assim como o Ministério Público, vai ter a possibilidade de provar e de conferir se houve ou não exagero por parte da PREVIC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sub-Relator Marcus Pestana e, na sequência, como primeiro inscrito, o Deputado Rubens Bueno

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Boa tarde a todos, Presidente, Relator, Deputadas e Deputados..

Sr. Adilson Florêncio, o senhor disse que nunca teve empresa. Antes do POSTALIS o senhor trabalhava em quê?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu sempre trabalhei no POSTALIS.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sempre como funcionário do POSTALIS. Mas aí funcionário de carreira, apesar de não ser uma carreira pública. O senhor sempre foi, desde o início da sua vida profissional, funcionário.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Perfeito.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas menos graduado. Depois ascendeu à gerência e depois à diretoria. É isso?

Qual é o seu atual emprego?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu estou desempregado no momento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Desempregado.

O senhor é parente algum líder político, de um atual Senador, ou Deputado, ou ex-Senador, ou Governador?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, Excelência.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Tem algum parentesco?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, Excelência. Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nenhum parentesco.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nenhum parentesco.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor conhece o Sr. Vaccari?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Com o Youssef, o senhor disse que esteve quantas vezes?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu estive três ou quatro vezes com ele.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E sempre para assuntos amenos, sociais?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sociais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nunca a negócio?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, nunca tive negócio com ele.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ele, um doleiro, o senhor, um diretor financeiro, mas era só uma relação social?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu, enquanto Diretor Financeiro, encontrei-me com ele uma vez só, num restaurante, como eu aqui disse anteriormente. E depois estive com ele mais duas vezes talvez, já como ex-dirigente do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nunca conversaram sobre um investimento na DTW Investimento Ltda.?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, senhor. Nunca.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Ministro José Dirceu o senhor conheceu?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E Francisco Maximiano?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - De onde o senhor o conhece?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele foi gestor de um fundo de investimentos que era contratado do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - André Barbieri?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sinécio Greve?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas esses são de sua relação mais constante?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - São. O Dr. Sinécio foi diretor contemporâneo, da mesma época em que eu era Diretor Administrativo, Diretor de Segurança.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E com o Maximiano também tinha uma relação mais estreita?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Atualmente tenho uma relação mais estreita com ele.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ernani Coelho?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim. Ele foi Diretor do POSTALIS e Presidente do Conselho Deliberativo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Márcio Mendes Costa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço, mas não tenho nenhuma relação pessoal. Ele foi presidente da Galileo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor já foi a Cuba?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Já.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Foi uma viagem turística ou teve alguma motivação profissional?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Turística.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Alguma dessas pessoas o acompanhou?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Todos eles me acompanharam em momentos diferentes.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não, o José Dirceu, não. E o Vaccari você não conhece. Eles não te acompanharam.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - *(Riso.)* Não, o Vaccari e o Dirceu não. Os que eu conheço, sim.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Francisco Maximiano?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Esteve comigo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Estava lá em Cuba. Mas foi uma viagem turística, de relações pessoais?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi. Foram várias viagens que eu fiz a Cuba.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ah, várias? De investimento ou a turismo? Praia, pesca ou investimento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, turismo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Está certo.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Comi, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O Senador Edison Lobão, o senhor o conhece pessoalmente?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Teve muitas reuniões com ele?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, poucas.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O ex-Senador Hélio Costa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Teve uma convivência intensa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu tive uma convivência um pouco mais intensa com ele, porque ele era Ministro de Estado das Comunicações na época em que eu fui indicado para ser Diretor Financeiro. Então, eu o encontrava em eventos tanto no Ministério quanto na patrocinadora.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas não há nenhum parentesco?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nenhum parentesco.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E o ex-Senador Wellington Salgado o senhor conheceu?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheci, mas também não tenho nenhuma relação. Conheci num restaurante em que estava acompanhado, salvo engano, até do Ministro Hélio Costa.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor sabia que o Sr. Fabrizio Neves foi sócio do Maximiano Francisco?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A informação que eu tenho, Sr. Deputado, é que o Max...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Era sócio do...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - ...era gestor de um fundo de investimento e que estava na Atlântica. Atlântica era a empresa gestora.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Sim, sim, eu sei o que é a Atlântica. Mas o Max foi sócio dele em outros negócios?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, não tenho essa informação. A informação que eu tenho é de que eles tinham o FIP, que é FIP Saúde, que era gerido também pela Atlântica e que era empresa de propriedade do Sr. Fabrizio.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - E que os Correios entraram na área de medicamentos também investindo, não é?

Bem, o Fabrizio nunca foi a Cuba com o senhor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Ele devia estar trocando os títulos argentinos, então não dava para ir a Cuba, tinha que conversar com a Cristina Kirchner lá.

O senhor falou que comprou a casa do Sr. Alexei.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - A gente sabe que... Quer dizer, o senhor considera que é uma mansão? Chegou-nos que é uma verdadeira mansão.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É uma casa de bom nível, sem dúvida nenhuma, mas totalmente dentro dos meus padrões.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - No Lago Sul?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim, senhor.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Dentro dos padrões? O senhor poderia revelar qual foi o valor da transação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Um milhão e cem mil reais.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Um milhão e cem, numa casa do Lago Sul?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi adquirida há mais de 5 anos.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Cinco anos.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O valor está completamente dentro do valor de mercado, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu já morei em Brasília... É, está certo.

Essa cadeia de decisão aí, quem decidiu os investimentos selecionava os gestores, o senhor falou. O BNY foi absolutamente... deu-se um papel passivo. Alguma vez o senhor votou contra uma decisão de investimento, manifestou-se contra, nesse histórico? O senhor há de convir que não é um histórico virtuoso. O senhor falou num patrimônio de R\$ 6 bilhões, nós temos um déficit de R\$ 6 bilhões. Há outras questões laterais, mas a essência foi que, nos negócios, numa economia de mercado, você ganha e perde. O problema é que os administradores do patrimônio dos nossos carteiros perderam sempre e há um buraco do tamanho do patrimônio. (*Palmas.*)

Alguma vez o senhor votou contra? O senhor votou contra alguma vez? Houve algum investimento do qual o senhor discordou, ao longo desses 5 ou 6 anos em que o senhor esteve lá?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Deputado, eu falei que o processo de investimento passa por um processo de triagem. O investimento, quando chegava no seu estágio final, que era a aprovação pelo Comitê de Investimento, nesse caso não, eu nunca votei contra. Ele chegava, era recomendado e, normalmente, já era feito.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Quem fazia avaliação de risco? Vocês trabalhavam preferencialmente com uma agência de *rating* ou era cada hora uma diferente?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eram empresas diferenciadas. Quem contratava agência de *rating* era o estruturador do papel.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O senhor não acha isso estranho?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É o que ocorre no mercado.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu sei, mas é muito estranho, porque quem vende o papel é que assegura o contrato avaliador de risco, e não quem deveria defender o patrimônio dos carteiros e dos funcionários dos Correios e dos outros fundos. Então, há claramente um...

Mas eu queria saber que o BNY Mellon teria um papel passivo então nessas decisões, a não ser quando fosse a carteira diretamente gerenciada por ele. Ou ele opinava?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, ele não opinava, mas ele tinha, vamos dizer, poder de veto, como administrador fiduciário.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu queria então que o senhor anotasse, porque meu tempo está acabando, para o senhor responder. O senhor falou que há possibilidade de recuperação. Eu acho até que nós temos que ir para cima do BNY Mellon, para ele repor esses 400 milhões. Mas eu queria que o senhor anotasse e comentasse, porque o senhor falou de garantias, que pode recuperar, eu vou falar de uma série de investimentos em que Inês é morta e, infelizmente, o precioso dinheiro dos trabalhadores dos Correios já foi jogado no lixo por uma má gestão e irresponsabilidade, quiçá outras coisas mais. Quer dizer, os fundos entraram... Inclusive, é impressionante a tabelinha da PETROS com o POSTALIS.

Banco Santos e BVA. Vocês aportaram à véspera da intervenção. Que avaliação de risco e administração financeira são essas?

Grupo Galileo. Todos sabiam da dificuldade da Gama Filho depois da universidade. Esse processo de decisão, essa avaliação tinha como garantia os recebíveis das faculdades de Medicina de uma universidade que está em crise pré-falimentar. Que solidez de garantia é essa?



FIDEX. Queria que o senhor comentasse. A gestão era tão precária! Quem era o custodiante? Onde os títulos ficavam custodiados? E as ferramentas? Em plena era da Internet, da ciência da informação, não havia um sistema compartilhado entre a direção do POSTALIS, do BNY, da sua diretoria e dos gestores? Como não se detectou essa troca de papéis? É tão frágil assim a gestão, com todos os avanços institucionais que todo mundo canta em prosa e verso? Como é que pode haver uma troca de títulos, criando um prejuízo enorme, e agora com um criminoso foragido, que está inclusive caracterizado aqui, ao não vir à CPI convocado?

E o fundo Marsans? O senhor tem alguma interface com o fundo Marsans, que foi oferecido e acabou não tendo êxito?

E quantos aos processos judiciais e notificações em outra instância que não a PREVIC? Parece-me que o senhor já tem condenação em instância superior à PREVIC, no âmbito do Ministério.

Eu queria saber também sobre processos judiciais e notificações da CVM, se há alguma.

O senhor atribui realmente — o que é muito dito — que houve uma guerra nos bastidores entre PMDB e PT, no POSTALIS, e que isso, vamos dizer, tenha sugado energias da boa gestão dos recursos dos trabalhadores dos Correios e dispersado atenções?

Eu queria que o senhor comentasse, então, na sua resposta final, agradecendo a sua gentileza de responder, esses que são alguns dos exemplos maiores do porquê de o POSTALIS estar numa situação pré-falimentar, sobre a qual o Brasil enfrentará graves dificuldades. Quem não pode pagar essa conta eu sei quem é: são os trabalhadores dos Correios. (*Palmas.*) Mas o senhor teria muito a esclarecer nas suas observações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Sr. Adilson. Solicito-lhe que seja breve e objetivo sobre cada um dos itens mencionados.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O.k., Sr. Presidente. Sr. Deputado, o Banco Santos foi o primeiro que o senhor citou. O Banco Santos foi liquidado em 2004. O POSTALIS tinha investimentos lá. Uma parte, eu tenho informação que foi recuperada. Ele entrou num programa de recuperação judicial e



parcela. Com a realização dos ativos do banco, ele recuperou. É um processo que não está concluso até hoje, apesar de terem se passado mais de 10 anos. Ainda existe possibilidade de recuperação inclusive da totalidade dos investimentos. O BVA, a informação que eu tenho é que essas operações foram feitas pela gestão atual. Aí eu vou pedir para não me manifestar, porque já é um assunto da atual gestão. O Galileo e a universidade, eu volto a dizer aqui: era uma universidade, Sr. Deputado, que tinha uma tradição de 60 anos. Não tenho dúvida de que, durante a condução ou durante a gestão dessa empresa, e até com a entrada da universidade, como o senhor bem lembrou, bem citou, talvez isso tenha sido um erro estratégico cometido pelo Sr. Márcio André. Talvez isso...

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Nesse caso específico, houve intervenção política?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não houve intervenção política. Foi uma decisão soberana, com um argumento e até com uma fundamentação lógica, uma fundamentação técnica por parte do Sr. Marcio André, que era o ganho de escala na fusão das duas universidades. Mas, infelizmente, isso não ocorreu. E eu tenho muita convicção de que, se o investimento do Galileo se restringisse à Gama Filho, hoje nós teríamos um investimento já praticamente consolidado e uma universidade, mais diversos alunos empregados também sem problema. Enfim, na avaliação posterior, eu acho que realmente foi um erro operacional a entrada da universidade no processo.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Canabrava e o FIDEX?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Bom, o FIDEX, existe, sim, uma cadeia de garantia, que é a abordagem que o senhor deu, que é muito importante, que é a abordagem da segurança do investimento. O FIDEX realmente foi um investimento novo. Praticamente, como investidor institucional, o POSTALIS deve ter sido a primeira fundação que fez esse tipo de investimento.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Eu perguntei sobre os sistemas de gestão, das ferramentas.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso.



O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Não é possível! O cara troca os títulos lá, agredindo a regra do jogo, e ninguém fica sabendo. Onde estão custodiados esses títulos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Esses títulos... É uma estrutura que envolve instituições brasileiras e instituições internacionais. Então, você tinha o Mellon como administrador, tinha o Bradesco, salvo engano, como custodiante, você tinha uma empresa chamada Euroclear, que era a empresa que fazia as liquidações da operação, e tinha o gestor do fundo, que era a Atlântica. Então, realmente foi uma falha operacional gravíssima. O senhor tem razão sobre isso.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - O diretor financeiro não ficava sabendo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O diretor financeiro, se recebeu os extratos, Sr. Deputado, eram do Mellon, que era o guardião desse investimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E nesses extratos o senhor não identificava nada?

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Canabrava. Falta só Canabrava.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Só respondendo aqui, Sr. Deputado, ao Presidente, que indagou se pelos extratos não dava para saber. Eu acho que o senhor não estava presente aqui quando eu falei, Sr. Presidente. A troca dos títulos desse FIDEX ocorreu no início do mês de dezembro. As carteiras do fundo foram rodadas até o final do mês, foram rodadas até o final do mês de janeiro, quando foi detectada essa irregularidade cometida. Ou seja, nós ficamos com uma carteira e com um balanço praticamente fechado, com uma posição totalmente artificial. Quer dizer, todas as carteiras do início de dezembro até o final de janeiro tiveram que ser rodadas novamente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Quem escolheu a gestora Atlântica? Foi o BNY Mellon ou foi o POSTALIS? Como gestora do fundo.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na origem, a Atlântica foi escolhida pelo POSTALIS num processo de seleção que foi conduzido pela Risk Office.

O SR. DEPUTADO MARCUS PESTANA - Mas, então, só o último, o da Canabrava, porque é surpreendente como é que três fundos... Eu queria entender



como há convergência: a PETROS investiu, o POSTALIS e o SERPROS, do SERPRO, que é um fundo bem menor. Era um péssimo negócio, sem nenhuma tradição, um empresário que não tinha nenhuma visibilidade no setor. E aí estão lá enterrados 170 milhões do fundo.

Como é que o senhor justifica apostar em açúcar e álcool num péssimo momento, aquele momento, e como é que foi feita a avaliação de risco e a decisão? Houve alguma decisão ou interferência política? O que nós sabemos é que houve. O senhor poderia ajudar, porque, senão, vai recair tudo sobre os técnicos.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Infelizmente, Sr. Deputado, eu acho que dessa responsabilidade nós não podemos fugir: não houve nenhuma ingerência política na escolha desse investimento da Canabrava. Quer dizer, eu volto a dizer que ele passou por toda uma avaliação técnica, e o segmento sucroalcooleiro naquele momento demonstrava ser atrativo. E a expectativa é de que ainda haja uma recuperação do segundo setor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O Deputado Rubens Bueno tem a palavra.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, apenas faço aqui um registro primeiro. Eu estou aqui tendo conhecimento de que o Sr. Adilson

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só um instante, Deputado. Foi agregado o tempo de Líder, conforme solicitado pelo Deputado Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Adilson, buscando aqui as informações, o senhor, além de Diretor Financeiro, era o coordenador do Comitê de Investimentos. Como é que isso funcionava afinal? Qual é a função desse Comitê?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Excelência, o Comitê é um órgão estatutário composto por quatro pessoas. E a coordenação à minha época — não sei se houve mudança no estatuto — era do Diretor Financeiro. Então, o meu papel como coordenador do Comitê se confunde com o papel como Diretor Financeiro.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sim, confunde. Mas eu quero saber se a diretoria também tomava decisões em conjunto.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Em última instância, a diretoria é que tomava decisão.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E se, na primeira instância, o senhor decidisse aplicar o dinheiro, não havia última instância?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Se na instância do Comitê, houvesse uma recomendação em contrário, o investimento não era realizado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Se houvesse!

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Se houvesse.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Então, voltando à pergunta, se não houvesse, pela sua decisão e do Comitê, estava resolvida a aplicação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Com a presença do administrador tecnicamente qualificado, como eu disse anteriormente. Aí a decisão era colegiada e tinha a participação do Presidente e do Diretor Financeiro. O Presidente, lembrando, era o administrador estatutário tecnicamente qualificado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Eu vi o senhor falar muito em “abrindo um parêntese”, então, eu vou abrir um parêntese em sua homenagem: essa casa que o senhor comprou fica situada em que lugar do Lago Sul?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na QI 7.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - QI 7. Esses do Comitê de Investimento além do senhor, como é que classificaria esses outros? São mais três, mais quatro, mais cinco?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - São mais três. Mas foram vários que passaram por lá durante o meu período de gestão.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - (*Riso.*) Sr. Presidente, senhores membros da CPI, eu fiz uma pergunta ao Sr. Adilson, que comprou uma casa por 1,1 milhão de reais há 5 anos, na QI 7 do Lago Sul.

Hoje, quando o imóvel está mais barato do que há 5 anos, pela crise econômica — graças ao Governo que o senhor serviu, esse Governo que está destruindo o País —, aqui os valores da QI 7 são: 8,4 milhões de reais; 8 milhões de reais; 8 milhões de reais; 8 milhões de reais. Esses são os valores da QI 7. Isso está aqui à disposição, para que saibam a quantas anda a casa que o Sr. Adilson, Diretor Financeiro do POSTALIS, comprou do Sr. Alexej. (*Palmas.*) De onde saiu tanto dinheiro?



Eu acho que é o papel desta Comissão Parlamentar de Inquérito investigar, cumprir o papel com suas prerrogativas. Qual é a nossa prerrogativa aqui? Se há uma Comissão Parlamentar de Inquérito, é para investigar. Este é um caso que, lá no interior, se chama de “um caso cabeludo”. O Sr. Adilson ficou tantos anos, 5 anos, como Gerente Financeiro; depois foi galgado à diretoria no mês seguinte; e depois, em 2012, pediu demissão. Com certeza, deve ter saído com algum voto de louvor da Presidente Dilma, porque ela manda embora, mas dá um voto de louvor, mesmo as pessoas tendo roubado, como no caso da PETROBRAS.

O que estamos vendo aqui é um caso da maior gravidade. E se ele aqui está, Sr. Presidente, sob juramento, eu gostaria que V.Exa. pudesse investigar se houve quebra — ele está sob juramento — do juramento aqui feito de acordo com a lei.

Vejam o caso dessa casa comprada na QI 7 do Lago Sul, cujos valores imobiliários — estão aqui hoje agora, estão aqui ao vivo, é só entrar no *site* de qualquer imobiliária de Brasília — são em média de 8 milhões de reais. Pode até não ser do mesmo tamanho, mas, em média, o valor é de 8 milhões de reais. Então, é um caso a ser investigado. E deixo à Presidência essa tarefa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Investigado e pesquisado sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Outra questão também é: sobre as decisões tomadas pelo Comitê — o senhor era o coordenador do Comitê, existem as atas, todas elas? De acordo com o estatuto, era obrigado a haver atas, deliberações, quem autorizou e quem assinou. Existe isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tem todas as atas. E creio que já foram todas disponibilizadas para a CPI pelo POSTALIS.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Já vieram à CPI?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A CPI já tem todas as atas num documento global. Têm que ser identificadas por interesse particular de cada negócio. Mas A CPI já tem as atas, Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor foi condenado pela PREVIC?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só que as atas são absolutamente vazias de argumentos, elas são muito genéricas. Às vezes, um



mesmo argumento vale para quase todos os negócios: a agência de risco avalizou, o negócio tem fundamento, etc.

Então, nós realmente, aproveitando as palavras de V.Exa., temos de adentrar e investigar. Não adianta ficarmos só nessa casca superficial, porque normalmente era bem superficial a argumentação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Além de investigar, Sr. Presidente, eu sugiro a V.Exa., à Comissão Parlamentar e ao Relator que, ao final, se de fato nós tivermos aqui algo para acobertar uma decisão mais clara, nós façamos uma lei que seja efetiva para todos os fundos de pensão.

O que não pode ocorrer é ficarem às escondidas decisões como essa, dessa gravidade, dando prejuízo de bilhões de reais, que os pensionistas e aposentados estão pagando.

E aí, quem era o coordenador do Comitê Financeiro compra uma casa na QI 7 do Lago Sul, e quem está trabalhando lá nos Correios está pagando essa conta. *(Palmas.)*

Sr. Adilson, o senhor recebeu autos de infração da PREVIC?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Recebi, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quantos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Vinte e quatro.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vinte e quatro autos.

O senhor entrou com recurso na Câmara Recursal?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Entrei, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - E foi condenado.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tive um auto julgado, que já chegou no processo final e agora está em via de...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O senhor foi condenado a 10 anos de inabilitação. É isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Dois anos de inabilitação.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ah, 2 anos, não são 10. E 200 mil reais de multa.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Quarenta mil reais de multa.



O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Quarenta mil reais de multa. Se não for o valor da casa, quem sabe seja maior essa multa aqui, porque, pelo que apresentou do valor da multa... Não é?

Sr. Presidente, eu tinha mais uma pergunta a fazer, porque, depois que ele falou, eu anotei aqui uma coisa.

Sr. Adilson, o senhor disse que os conceitos utilizados pela PREVIC para condená-lo são superficiais. Quer dizer, a PREVIC, que tem o papel fundamental de fiscalizar e controlar os fundos de pensão, é superficial, sendo que a Câmara já confirmou a punição.

O senhor disse também que, pelos critérios da PREVIC, todas as ações praticamente poderiam ser julgadas irregulares. Quer dizer, (*riso*) só porque a outra é irregular, eu também vou ser irregular; porque o outro rouba, eu também roubo. Assim fica fácil: é o argumento sempre permanente do desastre, de que o povo paga a conta ao final.

A informação que eu tenho é de que a maior punição da PREVIC foi dada ao senhor. O senhor confirma?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Eu não conheço as outras punições.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Ah, o senhor não conhece. Muito bem.

O senhor se julga vítima de perseguição da PREVIC — o senhor disse isso — já que foi condenado ao pagamento, a multas, etc.. A que se deve tamanha condenação ou perseguição, já que o senhor disse que foi perseguido? A que se deve?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O que eu disse aqui, Sr. Deputado, é que, na realidade, num ambiente imparcial como este da CPI ou na Justiça, que é onde nós estamos recorrendo dessas decisões, que também vai ter um papel imparcial, nós vamos ver realmente que essas decisões da PREVIC foram exageradas quando comparadas com a investigação em outras ações.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - O problema é este: o senhor disse que é superficial, que a decisão é esta; o Relator perguntou, o Deputado Marcus Pestana perguntou; e fica uma coisa muito sem responder afirmativamente se é ou



não é. E no final, o senhor mesmo disse que não gerou prejuízo aquilo que foi feito pelo Comitê Gestor sob sua responsabilidade, sob sua autoridade. No entanto, são mais de 5 bilhões de reais de furo que nós estamos vendo agora com o POSTALIS. Quer dizer, como é superficial algo que chega a tamanho prejuízo? Não é possível!

O senhor disse também que está desempregado há mais de 4 anos. O senhor vive de quê?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu vivo das economias que acumulei durante os 30 anos que trabalhei.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Com essas economias também?
(*Riso.*)

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É, com essas economias...

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Olha, Sr. Presidente, eu desisto.

Em nome do povo brasileiro, não há outro caminho a não ser uma punição mais séria, mais contundente, que essa CPI haverá de conduzir com o apoio de todos, independente de partido ou coisa parecida.

Nós temos que honrar o nosso mandato, fazer-nos respeitar perante a sociedade, para que esse tipo de situação não volte a acontecer, para que milhares e milhares de pensionistas do POSTALIS, da FUNCEF, da PETROS, da PREVI. Não importa onde aconteceu. Nós temos que passar uma borracha nisso, punindo os responsáveis e criando legislação específica e mais decisiva, para que esse tipo de coisa não volte a acontecer, pelo bem do povo brasileiro. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Deputado Rubens Bueno!

Com a palavra o Deputado Assis Carvalho. Na sequência, terão a palavra Deputados Enio Verri, Rocha, Samuel Moreira, Pompeo de Mattos, Erika Kokay, Paulo Azi e Andres Sanchez.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Como o Deputado Enio Verri vai ter que se ausentar, eu vou permutar com S.Exa. Depois, eu falo.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - V.Exa. permite, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Permuta concedida.



O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sr. Adilson, boa parte das minhas perguntas já foram feitas, mas eu quero repetir uma pergunta que o Deputado Rubens Bueno havia colocado, até porque já ouvi essa frase antes.

Esta CPI trata basicamente de quatro fundos de pensão. Mas dá a entender que há uma perseguição da PREVIC ao POSTALIS. Parece que você já deu a entender isso. Primeiro, eu gostaria de ouvir sobre isso.

Eu vou fazer as perguntas, porque só tenho 3 minutos. Primeiro, gostaria de saber se V.Sa. sente que há uma perseguição da PREVIC ao POSTALIS, e, no caso — há um número de infrações da CVM que é bastante grande também —, se V.Sa. acha que a CVM também o persegue por conta disso, até porque V.Sa. também foi condenado pela Câmara de Recursos da Previdência. Portanto, parece-me que é muito frequente.

V.Sa. já foi notificado da existência de algum procedimento investigativo no Ministério Público e na Polícia Federal, em decorrência da sua gestão como Diretor Financeiro?

O senhor tem algum negócio com o Sr. Alexey, além, lógico, da compra da casa que V.Sa. já anunciou aqui? O senhor tem algum outro negócio com ele?

Consta também — isso é uma pergunta que eu quero ver a confirmação — que a KPMG era uma empresa de auditoria que cuidava das contas do POSTALIS e preparava o seu balanço. O senhor tem notícia de que essa empresa também auditava fundos e investimentos que o POSTALIS tinha participação? Ou seja, não existe um potencial conflito de interesses nesse tipo de papel que a KPMG cumpria dentro do POSTALIS? O senhor era o responsável pela contratação dessa auditoria?

Basicamente, era isso.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sr. Deputado, iniciando aqui a série de perguntas, quanto à questão da perseguição da PREVIC, eu tenho um exemplo claro, que foi o primeiro período de fiscalização da PREVIC, fiscalização de 2012. Eu disse aqui que a grande maioria das autuações estão relacionadas a desenquadramentos passivos. Fazendo essa comparação, concessão que foi feita à PREVI, eu não posso afirmar que é uma perseguição. Existem quadros técnicos respeitáveis, que eu conheço, dentro da PREVIC. Estou há muito tempo na PREVIC,



conheço muita gente lá. Mas a mesma concessão que foi feita para a PREVI, quando do plano de desenquadramento deles, que consta dos demonstrativos financeiros da PREVI, isso poderia ter sido feito conosco. Poderia ter sido feito um plano de desenquadramento sem prejuízo para ninguém, mas não foi feito. É estranho. É por isso que eu digo que esta CPI vai ter a oportunidade de ver as razões para terem feito uma concessão para um, mas para outro, não, e investimentos que não causaram nenhum prejuízo à Fundação, mas que, em contrapartida, os seus gestores foram penalizados com a pena máxima: multa e inabilitação. Há essa diferença de tratamento muito claro. Então, volto a dizer: eu vejo com muita expectativa a possibilidade de esta CPI e também de o Ministério Público e a Justiça conseguirem descobrir as razões desse desequilíbrio nas atitudes que tomam. Com relação à CVM, que o senhor citou também, eu tive algumas autuações da CVM no passado, mas nenhuma condenação. Praticamente todas já transitaram em última instância, que é o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Existem investigações em curso, no âmbito da CVM? Sim, existem. Mas até agora, eu prestei depoimento numa delas. No caso específico, é esse do fundo de investimento no exterior, mas até agora, eu não figuro como acusado em nenhum desses casos. E naqueles em que fui, no passado, já fui absolvido em todos. O senhor também indaga sobre algum procedimento no Ministério Público e na Polícia Federal relacionado a esse caso? Sim. Existe um procedimento no Ministério Público, que é do meu conhecimento. O Ministério Público está investigando, por conta de uma denúncia feita pela PREVIC e também por conta de denúncias feitas por entidades de classe e, isoladamente, por participantes também, além de denúncias anônimas, sobre as razões do déficit, enfim, todas as questões relacionadas aos déficits. A Polícia Federal, da mesma forma, está fazendo essas investigações em conjunto com o Ministério Público. Especificamente, ela investiga também os casos relacionados ao FIDC, esse que nós falamos até agora. Também há um processo aberto sobre o Galileo e outro processo relacionado a uma operação de investimentos em Fundo de Compensação de Variações Salariais — FCVS. Existem três inquéritos em curso. Até o momento, eu não figuro como acusado em nenhum deles. Isso é o que há do meu conhecimento. Quanto ao Alexey, eu realmente comprei a casa dele, por esse valor



que disse, valor esse que está registrado no cartório de imóveis. Foi feita uma pesquisa, Sr. Presidente, à época era o valor de mercado, e isso vai ser constatado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual foi o ano?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso foi no ano de 2009, salvo engano. Eu não me lembro direito. Eu acho que foi em 2009.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Por 1 milhão e 100 mil?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em transferência bancária? Cheque? *Cash*?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tudo conforme está registrado no Imposto de Renda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em cheque?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi feito em cheque.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em cheque?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Se foi cheque ou transferência bancária, eu não me recordo bem, Sr. Presidente, mas foi feito de acordo com as formalidades.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pode continuar.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O.k. Então, além dessa operação, Sr. Deputado, não tenho nenhuma sociedade a mais com o Sr. Alexey ou com nenhuma outra empresa. Finalmente, sobre a KPMG, em determinado período, ela foi auditora contratada do POSTALIS. A contratação passa pela Diretoria Financeira, e a decisão final é da Diretoria Executiva. É um processo de seleção que envolve todas as grandes, vence aquela que apresenta a melhor proposta, com o menor preço. Em determinado momento, ela foi, sim, auditora do POSTALIS e também foi auditora de alguns fundos de investimentos. O senhor tem razão sobre isso.

O SR. DEPUTADO ENIO VERRI - Sem dúvida, mas a minha pergunta a V.Sa. é se não há um conflito de interesse nos papéis que a KPMG cumpriu nesse período.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Creio que não. Da mesma forma que ela era auditora do POSTALIS, ela também estava sendo auditora de um fundo



de investimento, que, no final das contas, também seria necessariamente auditada por ela. Agora só um adendo aqui. Esses respectivos fundos tinham autonomia. O senhor tem razão, poderia, no regulamento, ter uma cláusula dizendo que uma empresa de auditoria não poderia ser a mesma do POSTALIS ou a mesma do auditor, mas isso não existia. Isso não é uma obrigação legal, e a responsabilidade era do gestor, na contratação da KPMG, no caso dos fundos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Assis Carvalho.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Sr. Adilson, na sua fala inicial, o senhor disse que já está no POSTALIS há muitos anos. V.Sa. ficou lá desde quando?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu fiquei lá desde março de 1984. Fiquei por 28 anos no POSTALIS.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Foram 28 anos no POSTALIS. Então, o senhor conhece o sistema de lá bem, com certa profundidade. O senhor avalia que o sistema gerencial de análise e a avaliação de risco dos investimentos e de monitoramento das aplicações são mais organizados, melhores nos últimos anos ou pioraram?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sr. Deputado, melhoraram muito. Quando eu entrei nos sistemas, os controles eram praticamente inexistentes. Até por conta da carência de tecnologia, não existiam os controles que existem hoje. Eu me lembro — só dando um exemplo de como era arcaico — que, no início da minha carreira no POSTALIS, existia uma custódia também, mas era uma custódia física de títulos. Existia a figura do título ao portador. Existiam ocasiões em que você tinha, dentro da atividade que eu exercia na fundação, de pegar malotes com títulos ao portador no valor de milhões e sair carregando no meio da rua para entregar ao banco custodiante. Havia isso, mas não existe mais. Com o final dos títulos ao portador e com a tecnologia, essa possibilidade não existe mais.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Só para reafirmar o que já se fala, o senhor acredita que esse controle nos ajuda a perceber situações como essas que ora estamos vendo no POSTALIS?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim, a transparência é muito maior, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Porque temos mais transparência — e aí eu quero fazer uma questão clara —, pelo seu conhecimento, esses acontecer recentemente ou já aconteciam antes, nos anos 90, situações de algumas pessoas se aproveitarem dessa situação dos fundos de pensão?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Excelência, na época, eu era um simples auxiliar de escritório, mas diria que eram arcaicos. Para o senhor ter uma ideia, não existia nenhuma política de investimentos. A evolução foi muito grande, é isso que eu quero dizer.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O senhor pode nos informar quais as motivações decorrentes dos processos de fiscalização da PREVIC que resultaram em aplicação de sanções para o senhor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foram três fases da autuação sobre o mesmo período. A primeira diz respeito a desenquadramentos, quando o POSTALIS ou a fundação extrapola os limites legais previstos na resolução do Conselho Monetário Nacional e na política de investimentos do instituto. Existem limites, e, se esses limites são extrapolados, eles podem ser por uma variação de preço ou por um ato de gestão deliberado do gestor. Quando o gestor ou o dirigente toma uma decisão de um novo investimento, que leve ao desenquadramento, esse é um desenquadramento que a gente chama de ativo. Esse é passível de punição, o desenquadramento passivo, não. Ele pode ser motivado por uma valorização do ativo ou por uma desvalorização do patrimônio como um todo, que leva a essas relações serem alteradas, mas isso não representa uma iniciativa dos dirigentes.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O senhor se sente perseguido pela PREVIC?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não diria perseguido, Deputado. O termo que eu gosto de usar é o seguinte: são decisões atípicas dentro da PREVIC. Infelizmente, Sr. Deputado, como eu disse aqui, estou há muito tempo no sistema e conheço muitas pessoas dentro da PREVIC e dentro do Ministério. As pessoas estão um pouco oprimidas dentro da PREVIC. Eu gostaria muito que uma delas viesse aqui dar o testemunho do que realmente está acontecendo, não é uma



perseguição, talvez seja um modelo de gestão. A única coisa estranha que eu vejo dentro desse processo é a diferença de tratamento, como eu citei, o caso da PREVIC no plano de desenquadramento deles. Como eu posso citar também que, em casos específicos em que nós fomos autuados por um argumento simplório, que é a não obediência a riscos inerentes à operação, que se aplica a tudo na vida, investimentos que nós temos e outras fundações têm e que nós fomos autuados. Por esse mesmo princípio, deveria também gerar uma punição a outros fundos. E isso não aconteceu. Tudo isso é muito estranho. Eu não quero imaginar que se trata de perseguição. Eu gostaria muito, com a imparcialidade que a CPI tem, com a imparcialidade do Ministério Público, já que a PREVIC levou o caso, na visão deles, ao Ministério Público — e nós estamos levando também, dentro da nossa visão — que esta CPI verificasse realmente o que está acontecendo e, se há perseguição, de onde vem.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - Há algum procedimento investigativo do Ministério Público e da Polícia Federal em relação ao senhor, pela sua passagem no POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Há, por conta desses déficits, sim, uma investigação no Ministério Público e também há algumas investigações pela Polícia Federal nos casos específicos do Grupo Galileo, do FIDC, que eu citei aqui, e de operações feitas com a FCVS, que é um conflito com a Caixa Econômica Federal. A Polícia Federal está investigando também. Mas, no momento, eu não sou acusado. Não sou réu em nenhuma dessas ações.

O SR. DEPUTADO ASSIS CARVALHO - O.k., Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor está com os bens bloqueados ou disponíveis?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Os meus bens estão disponíveis.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Rocha.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Sr. Presidente, por ocasião da CPMI dos Correios, a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão já apontava irregularidades no POSTALIS. Eu quero ler aqui um trecho de uma reportagem da revista *ISTOÉ*, de 19 de junho de 2015, que diz o seguinte:



“Para desviar os recursos dos fundos de pensão, os acusados, segundo a investigação da PF, montaram o grupo Galileo Educacional a fim de assumir o comando das Universidades Gama Filho e UniverCidade, ambas no Rio de Janeiro, que passavam por dificuldades financeiras. Para fazer dinheiro, o grupo Galileo lançou debêntures que foram adquiridas pelo POSTALIS e pela PETROS. De acordo com a PF, a operação foi feita apenas por influência política e sem nenhum critério técnico.”

Mais adiante, ele diz que o dinheiro, que foi desviado do POSTALIS e da PETROS, teria ido para o Senador Renan Calheiros, para o Senador Lindbergh Farias e para o Deputado Luiz Sérgio.

V.Sa. relatou aqui uma situação muito grave. V.Sa. falou e depois tentou desfazer, mas V.Sa. falou aqui que o órgão que deveria fiscalizar e controlar os fundos age com parcialidade nessa briga de PT e PMDB, para ver quem tira mais dinheiro dos participantes.

Sinceramente, eu não conheço nenhum carteiro no Brasil que more em uma casa de 1 milhão e 100 mil reais, como V.Sa., e quem está pagando a conta são eles. Eu tenho aqui a informação — e V.Sa. falou do Ministro Hélio Costa, pessoa da sua relação — de que o Senador Wellington Salgado, ex-suplente do Senador Hélio Costa, tem participação no Galileo. O Senador Hélio Costa era Ministro das Comunicações. V.Sa. disse que era ligado a ele por conta da função que ele exercia. É muito estranho. A situação aqui começa a se fechar. Eu fico preocupado com o que V.Sa. disse.

Para ressaltar também sobre esse episódio do Galileo, a PETROS considerou o Galileo uma SPE — Sociedade de Propósito Específico. Por isso, de acordo com a legislação, só permitiu o investimento de 25%. Já o POSTALIS, não. Entendeu que não era uma SPE, por isso, podia investir até 100%. Mas, graças a esse entendimento da PETROS, o POSTALIS não entrou com 100%, senão o prejuízo para os carteiros seria bem maior.



Eu queria saber do senhor duas coisas, basicamente. Sua esposa foi sua Secretária no POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Queria saber também de V.Sa. se, depois que o senhor saiu da direção do POSTALIS, o senhor continuou como conselheiro do Galileo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu fui conselheiro do Galileo depois que eu saí do POSTALIS, não durante a minha permanência lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A convite de quem?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Fui convidado pelo mantenedor de lá, que era o Márcio André.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Qual era a sua remuneração?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A remuneração? Eu não recebi nada. *(Risos dos Deputados.)* Era 1.100, mil e alguma coisa, o que nunca foi pago.

O SR. DEPUTADO ROCHA - Quer dizer, o trabalho foi feito antes?

Sr. Presidente, é difícil ver uma pessoa, que está desempregada, manter, durante todo esse tempo, uma casa que, segundo ela, custou 1 milhão e 100 mil reais.

Eu vou fazer um requerimento pedindo uma perícia nesse negócio que envolveu a venda desse imóvel. A manutenção dessa casa, isso tudo é uma coisa muito suspeita, muito suspeita! E o certo é que quem está pagando a conta da sua casa são os carteiros. Como eu disse, não conheço no Brasil nenhum carteiro que more em uma mansão que custou mais de 1 milhão de reais. *(Palmas.)*

Sr. Presidente, eu me dou por satisfeito, mas o caso merece um cuidado muito grande desta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Deputado...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Excelência, tenho...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perdoe-me. V.Sa. tem prazo para resposta. Perdão.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O senhor fez aqui algumas observações também, Sr. Deputado, que acho que merecem esclarecimento, em respeito ao senhor. A primeira questão é sobre a matéria da *IstoÉ*, que cita inquérito



da Polícia Federal e também pretensos beneficiários de um esquema que foi montado no POSTALIS. Eu volto a afirmar que não existe nenhum esquema. O volume citado na matéria, se somado, praticamente ultrapassa todo o valor de alocação no Galileo. Quanto a esse relatório, que foi disponibilizado para a imprensa da Polícia Federal e para muitas pessoas, eu acho que é um inquérito que merece também uma investigação, porque é inimaginável que ele seja verdadeiro. Inclusive o autor da denúncia que gerou esse relatório, Sr. Presidente, foi convocado. Eu realmente tenho uma enorme curiosidade de conhecê-lo, porque acho que não existe...

O SR. DEPUTADO ROCHA - Da mesma que não existe prejuízo para o POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Reinaldo. Eu citaria o nome dele: Reinaldo. Há outra questão que o senhor cita também, o fato de o Senador Wellington ser sócio do Galileo. Eu desconheço isso. Não tenho essa informação. E a última questão, que eu também acho importante frisar, é sobre uma diferenciação de avaliação jurídica entre o que o POSTALIS fez e o que a PETROS fez, dentro do entendimento dos limites de aplicação. Na nossa avaliação jurídica, que é outra curiosidade em relação à PREVIC — isso está no relatório e está na nossa defesa; a PREVIC leu o nosso relatório parcialmente; ela leu o relatório jurídico pela metade —, o relatório conclui que a SPE Galileo é uma instituição que pode receber 100% de investimento de fundo de pensão. Isso está muito claro. Eu queria deixar claro que são avaliações distintas, mas que não existe nenhuma irregularidade no formato dado pelo POSTALIS e na avaliação da PREVIC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Vamos suspender a sessão por 5 minutos porque iniciou a votação nominal. Os Deputados vão ter que se deslocar até o plenário. Imediatamente retornaremos para que o Sr. Adilson também possa...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Declina, Presidente, a lista dos inscritos, só para termos uma noção. Qual é o próximo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - São os Deputados Samuel Moreira, Pompeo de Mattos, Erika Kokay e Andres Sanchez.



V.Exa. é o último, Deputado Andres Sanchez. Como no Corinthians, os últimos serão os primeiros.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra, retomando o regular transcorrer da sessão, o Deputado Samuel Moreira.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, me preocupa bastante aqui a quantidade de negócios malfeitos, muitos negócios malfeitos. O senhor conhece Fabrício Neves?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço, sim, senhor.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Teve relacionamento com ele?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Relacionamento comercial. Ele era um gestor de um fundo que tinha recursos do POSTALIS — Seguridade Social dos Correios e Telégrafos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Que é o FIDE — Fundo Brasil Sovereign II?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Que é o FIDE.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele está sendo acusado aqui, inclusive na Securities and Exchange Commission — SEC dos Estados Unidos, de ter feito uma transação irregular com o dinheiro dos fundos. O senhor sabe por onde ele está?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não sei. Eu conheço esse processo. Foi dada publicidade a ele em agosto de 2012, salvo engano. Eu já estava fora do POSTALIS.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor teve relacionamentos com ele? Muitos relacionamentos?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu tive muitos. Ele era gestor. A gente se encontrava com frequência.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Milton Lyra?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Teve relacionamentos também?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tenho um relacionamento com ele. Mora em Brasília.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tem ainda?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tenho.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele foi o mentor intelectual da negociação com o grupo Galileo? Ele teve participação?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. De forma alguma.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ele teve participação... Há denúncias de que cunhados dele compraram prédios que eram do POSTALIS? Há alguma coisa nesse sentido?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Uma empresa que tinha propriedade dos cunhados dele de fato participou de um processo, do processo de alienação da carteira de imóveis, que eu comentei anteriormente, e se saiu vitorioso. Isso chamou um pouco a atenção pelas conexões feitas com o Milton. Mas, volto a dizer, o processo, a CPI vai constatar isso, de alienação da carteira de imóveis foi conduzido de forma autônoma pela Richard Ellis.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas todas essas questões — Galileo, esse terreno de Cajamar que está sendo investigado, o FIDE, a Sete Brasil —, enfim, todos esses negócios, não houve uma... Não pode ser coincidência tanto prejuízo! O senhor não entende por que isso ocorreu, todo esse prejuízo? O senhor participou disso?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Com...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor está com 10 anos inabilitado pela PREVIC — Superintendência Nacional de Previdência Complementar?

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Por conselhos, inclusive de segunda instância; nem em órgão colegiado.

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, eu ainda não estou, há 10 anos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Está há quanto tempo?



O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Dois... Acho que, salvo engano, 2 anos. Mas isso vai ser motivo de recurso, também, na justiça comum, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim. Eu lamento que o senhor não possa contribuir, se houve. Porque, às vezes, há uma necessidade de se fazer uma autocrítica de erros cometidos, que não são dolosos; mas uma autocrítica tem que existir, não é possível. Ou houve dolo... E aí, não há autocrítica, porque também ninguém vai se transformar num réu confesso aqui; não é esse o objetivo, mas não é possível tanto prejuízo.

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não houve dolo, com absoluta certeza, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas houve erro, então.

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - É... O que houve foi o seguinte: são questões relacionadas ao mercado, também. Eu volto a dizer, a gente passou por um período com muita turbulência, com muitas empresas tendo problema. O senhor citou a Sete Brasil, é um exemplo. Não é o nosso caso...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Galileo.

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Galileo, que é o nosso caso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - FIDE. Teve que comprar títulos da Argentina.

O SR. ADÍLSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. O FIDE... Há uma confusão muito grande feita pela imprensa, principalmente, Sr. Deputado, que sempre colocou em manchetes de jornais e revistas que nós tínhamos adquirido títulos da Venezuela e da Argentina, colocando isso de forma irônica até. Mas não fomos nós. Isso foi uma operação irregular cometida pelo gestor do fundo, que está sendo investigado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Bom, então, houve uma gestão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E, na acepção do POSTALIS — só para terminar essa parte, se o senhor me permite —, o BNY Mellon foi culpado por essa operação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Culpado? Eu não tenho dúvida de que a decisão judicial vai ser favorável ao POSTALIS; eu não tenho nenhuma dúvida quanto a isso.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O BNY Mellon já tem uma parte de bens decretados em disponibilidade e substituído por uma fiança bancária, é isso? O senhor tem conhecimento desta ação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu tenho conhecimento através da imprensa e de algumas pessoas com quem eu ainda tenho relacionamento dentro do POSTALIS. Formalmente, não, eu nunca tive acesso à ação. Mas eu diria que, nesse aspecto específico sobre FIDE, esses recursos devem montar hoje quase 1 bilhão de reais. Só para fazer uma avaliação, eu falei aqui, Sr. Presidente, no início, que essa operação do FIDE era uma operação simples, era uma operação como se a gente comprasse 300 ou 400 milhões de reais em dólares. Nós não podemos investir na moeda diretamente. Então, eram comprados títulos, e obviamente esses títulos sofrem influência da taxa de juros e da variação cambial. Então, os 20% restantes que foram feitos com notas estruturadas eram mais um *head*, um derivativo que permitisse que o comportamento do fundo fosse similar ao comportamento do dólar. Para o senhor ter uma ideia, o dólar médio, salvo engano, deste fundo era 1,90, no final das contas. Se não tivesse sido mexido, se não tivessem sido feitas as trocas, hoje nós teríamos uma situação extremamente favorável com o dólar a 4 reais. Seria ruim para o País, mas funcionando realmente como um *head*. Nós teríamos uma valorização de praticamente 100% nesse período, se o fundo ainda estivesse na carteira. Por isso, estou falando em números de indenização próximo de bilhão de real, que é o que o fundo deveria valer hoje.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Adilson, só para que o senhor não cometa o... O senhor está sob juramento aí. Aqui na página da Previdência Social eles estão dizendo que o senhor foi condenado a 10 anos, já na Câmara de Recursos da Previdência Complementar. Então, é melhor o senhor verificar, mas de qualquer forma está aqui. Eu não quero polemizar sobre isso à toa. É que o senhor está sob juramento e falou que são 2 anos, mas são 10 anos, como está colocado aqui. Olha, eu queria saber se o senhor... Eu não tenho nada contra ter filiação partidária, ser diretor... Eu não tenho... Eu acho que o que não deve é ter ingerência, misturando as duas coisas. O senhor tem alguma filiação ou já teve? Participou de campanha? Ajudou alguém? Conhece alguns políticos? Tem relacionamento?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Atualmente eu não tenho nenhuma filiação. Já fui filiado há muito tempo, ainda na época do PFL, mas hoje eu não tenho filiação nenhuma e nunca participei de uma campanha eleitoral.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Contribuiu com recurso ou alguma coisa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Nunca contribuí com recurso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor não me leve a mal, mas vou fazer umas perguntas sem nenhum julgamento. Não vou julgá-lo, mas nós estamos investigando e nos interessa ter algumas informações. O senhor disse que comprou esta casa do Alexej. O Alexej comprou de quem, o senhor sabe?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não sei. Ele morava nesta casa há muitos anos. Eu não sei de quem ele comprou.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor sabe quantos metros quadrados têm a casa e o terreno?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A casa deve ter 400 metros quadrados e o terreno 800, que é o lote padrão no Lago.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O patrimônio o senhor comprou à vista? O senhor comprou a casa à vista?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Eu dei um apartamento, como parte do pagamento — que eu tinha. Eu já era proprietário —, da Asa Norte.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E o restante à vista?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O restante à vista

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em cheque?

Em cheque ou em *cash*?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não! Em *cash*, não. Em cheque ou transferência bancária, isso eu tenho certa dúvida. Só uma correção também...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Desculpe-me, também não quero...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Desculpe-me, Sr. Deputado. Na realidade, quando eu comprei esta casa, Sr. Presidente, e acho que é bom eu lembrar isso para não pairar nenhuma dúvida, foi uma operação em que o Alexej estava comprando uma outra casa. E aí eu estou falando o preço que eu paguei.



Não lembro se paguei diretamente para o vendedor da casa que ele comprou ou se pra ele. O que eu sempre afirmo aqui é que o valor foi pago. O valor da casa foi de 1,1 milhão. Foi dado um apartamento como parte do pagamento e o restante foi feito com pagamento à vista por transferência bancária ou cheque, o que eu não me recordo aqui.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O patrimônio hoje do senhor... Não sei se o senhor pode revelar aqui, mas...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Posso. Não tem problema. Creio que deva estar em 700 mil... De 650 a 700 mil reais... De 700 a 800 mil reais. Eu não me recordo direito, porque o imposto de renda eu fiz...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O patrimônio hoje do senhor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Fora a casa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. A casa está lançada no meu imposto de renda com 50% do valor. São 50% no da minha esposa. A gente declara separado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E os dois juntos? O senhor poderia revelar?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Os dois juntos 1,5 milhão de reais, mais ou menos.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor ocupou... Quanto foi o último salário do senhor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Cerca de 35 mil reais.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O.k. O senhor já se reuniu alguma vez... O senhor falou do Milton Lyra e do Fabrizio Neves. O senhor conhece os dois?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim. Sim, eu os conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Reuniu-se várias vezes com eles? Tinha amizade, relacionamento, telefonava, ia à casa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não... Juntos, não. O Fabrizio não se relacionava com o Milton. Separadamente, eu os conheço. Reuni-me algumas vezes tanto com um quanto com outro. Atualmente, mantenho uma relação de amizade com o Milton.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E tratavam, naturalmente, de negócios do fundo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. No início da... Quando eu conheci o Milton, eu o conheci dentro de uma relação comercial. Ele fez uma visita, foi propor uma operação direcionada como representante de uma empresa de cartões, que era um sistema para substituir o sistema de empréstimo que existia na época. Foi assim que eu o conheci.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Você sabe que o Fabrício Neves está meio que sem endereço, não é? Praticamente ninguém sabe onde ele está.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não tenho notícias do...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor sabe que ele fez um acordo com a SEC? Parece que fez um acordo, fez um... Parece, inclusive, que revelou no acordo que deu recursos para diretores do POSTALIS, alguma coisa... O senhor tem conhecimento disso, dos termos desse acordo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu tenho conhecimento do processo da SEC, que se tornou público. Não tenho conhecimento do acordo feito pelo Fabrício. E aí eu também não posso tecer nenhum comentário. Mas acho que... E o senhor disse também que não sabe... Desde maio de 2011, eu não tenho notícia do Fabrício.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O Vaccari o senhor não conhece?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não conheço.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E o Delúbio Soares, também não?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Também, não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra a Deputada Erika Kokay.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor foi diretor de investimento, diretor financeiro. O senhor tinha alçada individual? A diretoria financeira tinha alçada individual?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A diretoria financeira tinha uma alçada de até 2% do valor do patrimônio.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Esses 2% representavam quanto, na sua época?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Representava cerca de 100 milhões de reais.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Quer dizer que investimentos de até 100 milhões de reais não precisavam passar por nenhum tipo... não tinham um fluxo de apreciação e podiam ser determinados pela própria diretoria financeira? Isso ainda é assim, hoje?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Ele tinha... O rito da decisão foi sempre o mesmo, Sra. Deputada: passava pelo comitê de investimentos; o comitê, como órgão de assessoramento, recomendava ou não o investimento; recomendado o investimento, isso iria, para decisão dos valores a seres investidos, para o diretor financeiro e o Presidente, que era o administrador estatutário, que definiam de forma conjunta.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim. Eu quero dizer o seguinte: os investimentos de até 2% do patrimônio do fundo dependiam apenas da sua... O senhor tinha, teoricamente, alçada para poder defini-los individualmente, embora houvesse um rito de apreciação do risco?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Existia.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Então, o senhor tinha o poder, digamos assim, de uma alçada individual de até 2%, e a Presidência tinha de quanto? Qual era a alçada da Presidência?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Aí não era individualmente. Existia uma alçada da diretoria financeira, que eu diria que não era a alçada da diretoria executiva, vamos ser mais específicos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor tinha alçada individual?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu tinha uma alçada de 2%, individualmente; a diretoria executiva tinha até 5%; e acima de 5%, ia para o conselho deliberativo. Eu acho que eram esses os números.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Conselho deliberativo...

(Não identificado) - Esses 10% correspondiam a...



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Cem milhões, ele falou 100 milhões. Então, investimentos de até 100 milhões podiam ser decididos apenas pela diretoria financeira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sra. Deputada, nunca foi. Na realidade, eu volto a dizer: todas as decisões tomadas passaram pelo comitê e foram decididas, em conjunto, com o administrador estatutário, que era o presidente. Então, todas as decisões de investimento, independente da alçada, eram tomadas pelo diretor financeiro e pelo presidente da instituição.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pelo diretor, o presidente e não pelo colegiado?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não pela diretoria executiva.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Pelo presidente, até 5%?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Até 5%, sim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Até 5%?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, até 2%.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Até 2%. E o senhor disse que a alçada da presidência era 5%?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Da diretoria executiva.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Da diretoria executiva. E a presidência? Qual era a alçada da presidência?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A presidência, não tinha.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não tinha alçada?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não tinha alçada.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim. Então, o senhor acha que ainda existe essa alçada individual? Por que essa alçada individual da... Eu não estou perguntando se foi ou não utilizado. O senhor está dizendo que sempre foi tomada em parceria com a própria presidência do fundo? O Sr. Alexej era o presidente, à época, é isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - No período, sim.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim. Então, até o percentual de 2% dos investimentos? Até 100 milhões, a decisão dos investimentos era prerrogativa do presidente e do diretor financeiro, é isso?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Perfeito!

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Certo! O senhor não acha que houve uma concentração muito grande de prejuízo? Eu estou dizendo isso só porque a CPI, que é de 2004, 2005— enfim, está um pouco atualizada. Mas aqui fala: Cruzeiro do Sul — eu estou falando das corretoras —: em 84% das 921 vezes em que operou para o POSTALIS, teve resultado negativo; SLW CVC: em 79% das 1.358 em que operou para o POSTALIS, teve resultado negativo; Stock Maxima: em 81% das 1.015 vezes em que operou para o POSTALIS, atribuiu resultados negativos.

Portanto, o senhor não acha que há uma concentração muito grande nessas corretoras, no processo dessas corretoras, de resultados negativos para o POSTALIS? Nós estamos falando de 84%, de 81%, de 79%.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso que a senhora está dizendo é relativo ao relatório da CPMI dos Correios, lá atrás.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Sim, quando o diretor era o Sr. Hélio Pereira, o senhor era assessor lá?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era gerente.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ocupava uma gerência, à época.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Essas operações feitas à época — salvo engano, eu acho que era isso mesmo — eram feitas por fundos. Nessa época, nós não operávamos carteira de renda variável, ações ou derivativos pela carteira própria. Então, não existia uma relação direta entre nós, gestores, e essas corretoras. Creio — aí já faz mais de 10 anos desses fatos — que nós não operávamos ações nem derivativos nessa época.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O BNY Mellon tem um acordo, um contrato — pelo que nós percebemos nos depoimentos desta CPI — em que ele assume o risco, ele se responsabiliza pelo risco ou pelos prejuízos. Isso sempre foi assim? Desde quando o POSTALIS trabalha com o BNY Mellon?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O BNY Mellon é, tradicionalmente, como eu disse, um administrador. Ele praticamente é o administrador que domina toda a indústria de fundos. A figura do administrador fiduciário é que é um pouco diferente, porque ele assume mais responsabilidade do



que o administrador propriamente dito. Essa figura, acho, existe a partir de 2010, em que ele assume...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - A do gestor do fundo fiduciário?

O gestor fiduciário?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É, na figura de gestor fiduciário.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Na figura de gestor fiduciário. Desde 2010... Desde 2010, o BNY Mellon se responsabiliza pelos eventuais prejuízos? Desde quando o BNY Mellon, no seu contrato com o POSTALIS, responsabiliza-se pelos prejuízos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Desde que assumiu a administração fiduciária, que, creio, tenha sido em 2010. E aí, sim, a proposta, em conjunto com o contrato, remete ao Mellon a responsabilidade por todas as operações.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O POSTALIS entrou na Justiça?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não sei se ele entrou com relação a todos os investimentos. Especificamente sobre a operação do fundo de investimento no exterior, sim. Ele entrou e já obteve um êxito inicial, com o bloqueio dos bens do Mellon, que teve até que apresentar uma carta de fiança para liberar os recursos.

os recursos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Deixe-me lhe fazer a seguinte pergunta. Primeiro, penso que há uma concentração muito grande de prejuízos das mais diversas origens, digamos assim, nos investimentos do POSTALIS. É o único fundo que não tem — me parece que vai ter agora, mas não tem — a participação, a paridade no Conselho Executivo. Ou seja, na Diretoria Executiva não há a paridade. Penso que, sempre, a participação dos representantes dos trabalhadores e trabalhadoras é uma certa segurança; sempre dá uma certa segurança da lisura ou da transparência dos investimentos. Mas há uma concentração muito grande. O senhor defendeu aqui — me corrija se eu estiver errada — a aplicação em fundos internacionais. O senhor defendeu? O senhor fez essa defesa aqui dos fundos da Venezuela, enfim?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, não.



A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Fundos...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - De papéis? De títulos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Enquanto conceito, defendo, sim, fundos de investimentos. Acho que tem...

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor acha que foi uma boa operação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não... Poderia ter sido uma boa operação. Não foi uma boa operação, porque irregularidades foram cometidas. Até nós voltamos com irregularidades que estão sendo corrigidas através da Justiça com ação contra o gestor e ação contra o administrador, que é a Mellon. Agora, como alternativa aos investidores funcionais, aos fundos de pensão, acho, sim, que tem que ser considerada. Da mesma forma que nós temos investidores institucionais vindo pra cá, eu acho que abrir essa janela pra que os fundos daqui visem lá fora também deve ocorrer.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - O senhor tem notícia de outros fundos de pensão que tenham feito esse tipo de investimento?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu li sobre alguns fundos que fizeram, e não me recordo. Também não tenho essa informação para afirmar que é verdade ou não, e nem vi nos demonstrativos, mas alguns outros fundos fizeram, sim, após nós termos feito.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Veja, eu também concordo com o Deputado Marcus Pestana que a agência de risco não pode ser apresentada pelo estruturador do negócio, porque, em verdade, há uma contaminação do processo de risco, na medida em que o próprio estruturador, quem está ofertando o negócio para os fundos de pensão, quem estrutura o negócio, não pode apresentar a agência de risco.

Acho, Presidente, que nós deveríamos nos dedicar a isso, inclusive responsabilizar as próprias agências de risco.

Mas, veja — vou encerrar —, eu diria que já foram citados vários investimentos aqui, mas ao que o senhor atribui — o senhor já falou isso, mas eu queria que o senhor repetisse — essa concentração de prejuízos no POSTALIS? Ou



seja, nós estamos falando de recursos dos trabalhadores e trabalhadoras, que têm a finalidade precípua de complementar ou assegurar uma aposentadoria. Eu sei que o POSTALIS fez o “saldamento”. O senhor sabe em que condições foi feito esse “saldamento”? Houve reajuste de aposentadorias, como aconteceu em outros fundos? Houve quitação de dívidas trabalhistas? Em que condições se deu o “saldamento” do Plano BD — Benefício Definitivo para o CD — Contribuição Definitiva?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu acompanhei todo esse processo do BD para o CV — plano de Contribuição Variável, e, na realidade, o que foi feito é que se definiu, a valor presente, um benefício, e isso gerou uma expectativa muito grande, porque talvez aí tenha havido uma certa falha de divulgação. Porque, com o “saldamento”, se pressupunha ou se pressupôs por parte dos associados do POSTALIS que não existiria mais nenhum risco. Isso não ocorreu. Tanto não ocorreu, que hoje a gente vê que o risco continuava, porque os investimentos estavam lá. Então, talvez teria sido, por parte do conforto dos participantes,... se naquele momento do “saldamento” fosse levado a valor presente a benefício de todos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Mas não foi feito isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não foi feito isso.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Não se corrigiu com...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - E a patrocinadora ter assumido, obviamente, os riscos pela carteira de ativos e pelos investimentos encarregados, porque o “saldamento” do plano beneficia, e muito, a patrocinadora, porque estabelece uma forma de se minimizar os riscos atuariais.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Ah, com certeza! E elimina o déficit.

Vou concluir, Sr. Presidente. Penso que houve um “saldamento”, o que é bom para a patrocinadora e para o fundo, também, porque ele fica livre, isento de déficit. Na medida em que você tem o CV, não há déficit e não se sabe qual será o benefício.

Não houve qualquer tipo de reajustamento do valor das aposentadorias, que vinham de um período de congelamento salarial, e, portanto, congelamento também dos proventos dos aposentados. Há ainda uma concentração muito grande de



prejuízos nesse processo, com a concentração muito grande, também, da participação da BNY Mellon.

Penso que são muitos os aspectos que têm que ser considerados, que precisam ser investigados para que nós possamos dar respostas aos trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, que viram um processo de não reajustamento — o que eu acho que é importante —, não participação no próprio fundo, no processo de compensação, na medida em que se teria uma vantagem para a patrocinadora e para o próprio fundo com a situação em que se encontra hoje o POSTALIS. Penso que o senhor com 30 anos... Foi 30 anos que o senhor disse? Quantos anos o senhor tem de POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Vinte e oito anos.

A SRA. DEPUTADA ERIKA KOKAY - Vinte e oito anos. São quase 30 anos. Haveria muito que responder a esta CPI.

(Não identificado) - Sr. Presidente, antes eu gostaria...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Eu não falei, Presidente.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sim, sim, mas é porque é uma pergunta que eu não queria... Foi uma falha minha. O senhor falou que não se lembrava do nome da consultoria da sua esposa. Eu quero, pelo menos, perguntar o seguinte: que atividade era a consultoria?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era de prestação de serviço. Era uma sociedade com a minha cunhada. Eu realmente não participei disso. Eu não acompanhei. E a única coisa que eu fazia era lançar no Imposto de Renda. Não tenho nenhuma participação nessa empresa.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas não lembra que tipo de serviço ela prestava? O que ela fazia?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Bom, ela era uma das diretoras, mas quem cuidava dos aspectos operacionais da empresa era a minha cunhada. Então, ela trabalha na área de tecnologia.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Eu estou fazendo uma pergunta objetiva. Qual era a atividade da empresa? O senhor não se lembra do nome nem da atividade da empresa?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sr. Deputado, eu não era sócio.



O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Meu Deus do céu!

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não era sócio, eu não tenho...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O senhor me desculpe, mas aí é demais não se lembrar da atividade. O que a sua esposa fazia? O senhor não se lembra? Ela não ia lá trabalhar?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ela...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Ela nem ia lá, então?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ela era uma sócia. Quem...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas qual era a atividade? O que ela fazia? Qual era a atividade?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A atividade era consultoria na área de recursos humanos e na área de tecnologia, salvo engano.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Então, agora o senhor começou a responder. Era na área de recursos humanos, era isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim. Creio que sim.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Tecnologia? Eu não vou nem então perder meu tempo em perguntar. É porque eu ia perguntar, então, se o senhor sabe para quem ela prestava serviço, mas, provavelmente, o senhor nem...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não sei.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não sabe nem se prestava para fundos de pensão ou empresas com negócios com fundos de pensão?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não tenho... Não prestava.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não sabe?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu acho que não. Eu tenho a certeza de que não prestava para fundos de pensão.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Sr. Presidente, eu paro por aqui.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com a palavra o Deputado Pompeo de Mattos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares...

Sr. Adilson, o senhor trabalhou no POSTALIS por 28 anos. Foi diretor por 6 anos, 7 anos?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível).

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Seis anos, sete anos. O senhor recebia quanto, por mês, lá no POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nos valores de hoje, talvez, 35 a 40 mil reais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mensais?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em valores de hoje ou da época?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Na época, eram 30 mil, 27 a 30 mil reais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Está bem. O senhor era um funcionário, digamos assim, de escalão menor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era um funcionário de carreira.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Era de carreira, mas não existe uma carreira que chegue a diretor dentro do POSTALIS. É uma indicação. A diretoria é uma indicação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A diretoria é uma indicação.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Quem lhe indicou?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Quem me indicou foi o Presidente dos Correios, que era patrocinador.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim, sim. Com o apoio de quem? Apoio político.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Presidente da patrocinadora foi conselheiro. Eu tinha uma relação funcional com ele, que era uma relação dele, conselheiro, comigo, técnico da empresa, em 2005. Eu era gerente de aplicações.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. E ele era Presidente dos Correios ou do POSTALIS.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele era Presidente dos Correios.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Dos Correios. E indicou o senhor como diretor do POSTALIS. E o Presidente do POSTALIS, o que disse?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Presidente do POSTALIS concordou. Não é da alçada do Presidente do POSTALIS,...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - ...era da alçada da patrocinadora me indicar...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - A patrocinadora lhe indicou. Está bem.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - ...e o Conselho nomear.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Por quanto tempo o senhor trabalhou sob a Presidência do Presidente dos Correios? Por quanto tempo o senhor era diretor e ele era Presidente, quanto tempo? (*Pausa.*)

Quanto tempo ele ficou presidente enquanto o senhor era diretor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Talvez 1 ano.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Quando ele saiu da presidência, quem lhe segurou na diretoria? Saiu o seu padrinho. O seu padrinho era ele, não é isso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não diria padrinho. Ele é a pessoa que me indicou.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Tá. "Pai, pai!" É um paizão, não é? Quem é que lhe indicou depois? Passado 1 ano, quem é que lhe indicou?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era um mandato. Eu tinha 3 anos de mandato...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bom. Depois dos seus 3 anos do mandato, quem é que lhe segurou lá?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não tem... Eu permaneci e cumpri meu mandato normalmente, não tem...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mudou o Governo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era o mesmo Governo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Era o mesmo Governo, mas mudou o Presidente, não mudou? O senhor entrou de diretor, lá, quando?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu entrei de diretor em 2005, era o Governo Lula, PT.



O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E depois?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Saí em 2012. Meu mandato venceu em 2011, e era o Governo Dilma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E o Governo Dilma lhe manteve?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Manteve.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor é afiliado ao PT?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não sou filiado ao PT.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o PT é muito incompetente, então. Botar um diretor que nem do PT é! Quem é que lhe apoiava lá? Porque não existe um diretor sem ter uma ligação. Tem que ter uma ligação com alguém. O senhor, antes de ser, era um gerente. O senhor ascendeu na carreira como gerente ou teve uma indicação para a gerência?

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor é filiado a que partido?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu fui filiado ao PFL.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ao PFL?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É, mas eu não sou mais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Em que ano?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi na década de 90, início...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E depois?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Depois, não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ascendeu na carreira e ficou no Governo do PT?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Só para clarear, Sr. Deputado, o Ministério, durante o Governo Lula — acho que isso é onde o senhor está querendo chegar...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu vou chegar lá.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É um Ministério que era ocupado pelo PMDB, sem dúvida nenhuma. O Ministro era o Hélio Costa, o Ministro das Comunicações da época. Isso é... então, dentro de uma estrutura, dita política, eu



estava embaixo de uma estrutura que era dominada pelo PMDB, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, o senhor tinha uma ligação mais com o PMDB do que com o PT, ou mais com o PT do que com o PMDB?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu não tinha ligação política, Deputado. O que eu estou dizendo é que...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. Mas, e as pessoas com quem o senhor se ligava? O senhor se ligava com alguém. O Presidente dos Correios, na época que o senhor foi indicado diretor, era de que partido?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não era filiado, era um técnico da empresa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Presidente dos Correios?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele sai, e quem foi indicado?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Era um técnico da Caixa Econômica Federal, também não tinha filiação partidária.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o Ministro?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O ministro era o Ministro Hélio Costa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Hélio Costa, e ele que manteve o senhor? Por isso que o senhor tinha essa relação com ele?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A minha indicação foi na época dele. A relação com ele era em eventos que ocorriam no Ministério e na empresa. Todos os diretores eram convidados.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. E a sua relação com o Presidente Renan Calheiros?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É uma relação institucional. Eu o conheço. Já estive com ele uma vez, salvo engano; encontrei com ele na rua algumas outras vezes, mas não tenho nenhuma relação pessoal com ele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele não é... o senhor não é indicação dele também?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - De forma alguma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - De forma alguma? O senhor disse que o banco tomou um prejuízo de 400 milhões, naquela operação feita; que o POSTALIS tomou um prejuízo de 400 milhões e que o BNY... O senhor entende que ele deve cobrir esse valor? O senhor tomou alguma atitude no sentido de fazer esse tipo de encaminhamento? Tomou algum procedimento? Fez alguma ação nesse sentido?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - São dois eventos, Sr. Deputado. O primeiro evento foi um evento investigado pela SEC, e nós só tomamos conhecimento quando houve a divulgação, que foi em agosto de 2012. O outro evento foi a troca dos títulos público brasileiros pelos títulos da Venezuela e Argentina, que ocorreu em dezembro de 2011. Quando tomamos conhecimento, que foi no final de janeiro, já foi na iminência da minha saída, já, meu mandato já tinha terminado, inclusive...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E o senhor não sabia que esses títulos foram trocados?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Fiquei sabendo no final do mês de janeiro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas o senhor não acompanhou a transação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, não era... Não estava sob minha gestão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não, não estou dizendo isso; mas o senhor era o Diretor Financeiro e não sabia?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu volto a dizer, a operação foi feita no início de dezembro, Sr. Deputado, e o Mellon, que era o administrador do fundo, só tomou conhecimento no final de janeiro. O que nós tínhamos lá no POSTALIS eram os extratos fornecidos pelo Mellon.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas um dos diretores do Mellon, o diretor financeiro, inclusive, que esteve aqui, diz que o Mellon não tem nada a ver com isso. Esteve aqui e disse que não entendia nada, que o POSTALIS era o responsável. Agora, o senhor vem aqui e diz que é o BNY Mellon.



Então, acho que vai sobrar mesmo para os funcionários, porque um empurra para o outro, empurra para o outro, sai para alguém. Na briga entre o mar e o rochedo, quem apanha é o marisco. Os bobos pagam a conta. (*Palmas.*)

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Então, não vai sobrar para os empregados, Sr. Deputado. (*Manifestação na plateia.*)

Vai sobrar para o Mellon. Quem vai pagar essa conta vai ser o Mellon. Isso está muito claro.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O Mellon — seu ex-diretor — jurou de pé junto que eles não têm nada a ver.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eles já tiveram uma derrota na instância inicial, na Justiça, e vão perder essa ação, sem dúvida nenhuma.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Deixe-me avançar. Essa questão da sua casa não ficou bem clara. O senhor diz que a comprou há 5 anos por 1 milhão e 100 mil. O colega Deputado fez o cálculo e disse que essa casa hoje vale 8 milhões no mercado. O senhor silenciou. O senhor não disse que sim nem que não. Quanto vale a casa no mercado — por suas palavras agora?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Certamente, eu não sei em qual *site* que ele viu, mas 8 milhões não vale.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não vale?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não vale.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Bom, corrigindo valores dos últimos 5 anos atrás, fazendo uma média, 10%, dá 60, 70% de acréscimo, considerando a inflação. Então, comprou a casa por 1 milhão e 100 mil. Vale 2 milhões. O senhor vende a casa por 2 milhões?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É o único patrimônio que eu tenho. Eu não vendo nem por...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Mas se oferecessem 2 milhões em *cash*?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não vendo. Eu estou dizendo que é o único patrimônio que eu tenho e é minha moradia.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quanto é que vale a casa?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Deve valer... Eu não sei. O mercado oscilou muito nesse período, desde que eu comprei minha casa e hoje está muito ruim o mercado imobiliário. Imagino que deva valer 2 milhões, 2 milhões e meio. O senhor tem razão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, por 2 o senhor vende?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não vendo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Algumas coisas soam risíveis. São bastante engraçadas. Eu vi que, quando ele falou nos 8 milhões, o senhor silenciou. O senhor pediu a palavra outras vezes para responder, mas sobre isso o senhor não falou absolutamente nada.

O senhor disse que a sua esposa era sua secretária. E ela trabalhava como consultora. O senhor não sabe bem o que ela consultava? Se era o médico, especialista, ou quem que ela consultava?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ela era sócia da empresa, não era gerente.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Está bem. Mas o senhor disse que lançava no Imposto de Renda. O que o senhor lançava no Imposto de Renda?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu lançava cotas de uma empresa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E quanto?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Empresa é um valor residual. Essa empresa não tem significância nenhuma.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - V.Exa. me concede um aparte, Deputado?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. Pois não.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Pelo que eu entendi, você disse que tem um patrimônio de 1 milhão e meio. Você falou em 700 seus, e, depois, conjunto, daria 1 milhão e meio, você e sua esposa, o que significa que a sua esposa teria um patrimônio de 800 mil. Não é nada irrisório.

Compreendeu, Deputado?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Compreendi. Ele é que tem que responder.



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim, não vejo problema nenhum nisso.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - O patrimônio dela de 800 mil veio de uma consultoria irrisória, de que ela não participava. Não sabe nem para quem prestava o serviço. Você não consegue dizer uma empresa para quem prestava serviço de consultoria.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não era sócio, nem trabalhava na empresa. Na realidade, ela não era sócio-gerente da empresa, ela era sócia da empresa.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Deixa eu avançar. Isso ele não vai confessar nunca, até porque...

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Não é questão de confessar. A esposa dele acumulou no patrimônio dele 800 mil reais. Eu estou perguntando de onde vieram esses 800 mil reais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Do Imposto de Renda que ele fazia.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas que era dela.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É claro que era dela.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas essa renda vinha de onde?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Da consultoria que não existia.

(Risos.)

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - E que era irrisória.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - É, e que era irrisória.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Mas não era, porque eram 800 mil.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Da consultoria, com certeza, não, Sr. Deputado.

O SR. DEPUTADO SAMUEL MOREIRA - Vinha de onde?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Do salário. Ela trabalhava também.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Era consultora, trabalhava... Bom, para eu concluir, o senhor tem noção de qual foi o prejuízo do POSTALIS nessas operações todas. O senhor tem conhecimento? O senhor acompanha isso?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O que eu tenho acompanhado, Sr. Deputado, é o que foi dito pela imprensa: que os valores provisionados atingem mais ou menos 3 bilhões de reais.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E um tanto do valor provisionado foi na sua gestão?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Pelo senhor?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Provisionados de operações feitas durante a minha gestão.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Na sua gestão, o que vai dar prejuízo. Ou seja, foi uma gestão temerária e que causou prejuízo ao POSTALIS. O senhor foi embora, e os funcionários vão ter que repor isso numa chamada de capital para pagar a conta. Não é isto? (*Palmas.*)

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Temerária eu não diria. Eu volto a dizer que ela atendeu a todos os requisitos no processo de análise de investimento.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu digo isso porque eu sou da PREVI, eu sou do Banco do Brasil, eu sou sócio da PREVI, nós temos uma leitura, a PREVI tem lá seus problemas, há situações temerárias que a PREVI enfrenta, mas o que aconteceu com os senhores... Há condições de mercado que a PREVI enfrenta, agora, o que aconteceu com os senhores não é de mercado, é temerário. Pode trocar por título da Venezuela, da Argentina! Só faltava trocar por título de Cuba. O senhor foi lá várias vezes. Não sei como não trocou uns títulos lá.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu volto a dizer, Sr. Deputado, atribuam a nós essa operação de aquisição de títulos da Venezuela e da Argentina, e isto não é verdade.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Como que um diretor financeiro não sabe de nada? Não vi. Não sei. Não estava aí. Não conheço. Desconheço. Isso não existe! Como que um diretor financeiro de um fundo de previdência não sabe de operações que envolvem milhões que acontecem? Ele não tem participação? Não toma conhecimento? Não fica sabendo? Ninguém se reporta a ele? Isso não existe!



Nem aqui nem na China. Com todo respeito, isso é conversa para boi dormir. Ninguém vai acreditar.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Deputado, os fundos têm autonomia, quando contratados, para gerir.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Então, o diretor financeiro é de faz de conta?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. O diretor financeiro acompanha. Ele acompanhou, tomou conhecimento de uma irregularidade cometida e tomou as providências que tinham que ser tomadas.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E qual foi a providência?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A providência foi sugerir uma ação...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sugerir?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - É porque eu já estava saindo, como eu disse.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Depois que a casa já tinha caído.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Não seria caso de rompimento de contrato com o BNY Mellon? Vocês continuaram investindo em outros fundos deles? Ficou claro que ele descumpriu, segundo o seu conceito, a responsabilidade contratual. É isto que o senhor está dizendo.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele tinha uma responsabilidade fiduciária e ficou por isso mesmo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E continuaram pagando taxas acima de mercado e fazendo investimento no FIP São Bento e não sei onde, dando prejuízo um atrás do outro.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Aí, Sr. Presidente, já é uma questão dos nossos sucessores. Eu saí logo em seguida e não sei também.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não sei. Não vi. Não estava aí. O senhor conhece o Zeca Oliveira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Alberto Elias?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - De onde é o Zeca Oliveira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Zeca Oliveira é Presidente do Banco. Foi Presidente do BNY Mellon.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - O senhor se reuniu com ele alguma vez?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quantas?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Algumas vezes. Ele era o Presidente, fazia visita eventualmente ao POSTALIS e nós nos reunimos.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Durante essa operação em relação aos títulos podres da Venezuela e da Argentina? Acho que o Hugo Chávez levou os títulos embora.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Qual a pergunta?

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Durante essas operações dos títulos da Argentina e da Venezuela, o senhor teve contato com o Sr. Elias?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Com o Sr. Elias, não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Não. Com o Sr. Zeca Oliveira?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Com o Zeca, tive. Eu mandei correspondência, comunicando a ele estranhando o fato e pedindo as providências para a denúncia à CVM, enfim, para a correção do...

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS O senhor se reuniu com ele fora do POSTALIS? Fora do seu gabinete?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nessa ocasião, não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E em outras ocasiões?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não. Em outras ocasiões, eu já me reuni, fora, com ele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Onde?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Já almocei fora com ele.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Quantas vezes?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Algumas vezes.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Viajou para o exterior com ele?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Foi aos Estados Unidos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Visitou o Banco lá?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Ele visitou aqui?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Zeca já esteve aqui, no POSTALIS.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Sim. Ele esteve com o senhor. O senhor já fez alguma reunião envolvendo o Sr. Zeca Oliveira, o senhor e alguém com representatividade política?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Com mandato?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, senhor.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Nenhum dirigente partidário?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nenhum dirigente partidário.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Com o Delúbio?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não conheço o Delúbio.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - E com o Vaccari?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não conheço o Vaccari.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Com o João Paulo Cunha?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não estive com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas ele esteve no POSTALIS? O senhor sabe dizer?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não minha gestão, não. Durante o meu período de gestão, não.

O SR. DEPUTADO POMPEO DE MATTOS - Eu encerro, Presidente.

Na verdade, se esse BNY tem culpa no cartório, eu diria que a diretoria tem tanto quanto ele. A diretoria está lá exatamente para zelar um patrimônio que é de todos, que é dos funcionários do POSTALIS. É a contribuição de cada um, da patrocinadora da empresa, dos Correios, ou seja, ali, é dinheiro vivo da história, da memória, do passado, do presente, do futuro, da esperança. E essa esperança foi



perdida. O senhor é um dos responsáveis e botou isso fora. É como se alguém botasse fora a sua casa. O senhor botou fora a casa dos outros. Tem gente que vai perder o patrimônio. O seu patrimônio é sua aposentadoria. Se botassem a sua casa fora, o senhor ia ver o quanto doí. (*Palmas.*) Este é o drama que é seu e que é a missão desta CPI, que é ver quem é quem. Nós estamos aqui, eu repito, tirando leite de pedra, mas o senhor é uma pedreira.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ok. Ficaram algumas dúvidas remanescentes. Como não há mais inscritos, permita-me aqui só tirar algumas dúvidas que ficaram do seu depoimento, Sr. Adilson. A primeira delas: O senhor conhece um homem de nome Max, mais conhecido como Maximiano?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Conheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sabe qual é a relação dele, que papel ele desempenhou no tempo da gestão, e que tipo de negócios ele teve com o POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele era um gestor de um fundo de investimento em participações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Como se chamava o fundo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - FIP Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E tinha contratos com o POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Tinha.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Contrato de quê?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O POSTALIS era cotista do fundo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Cotista do fundo. E ele teve algum serviço de fornecimento de medicamentos para os Correios ou alguma coisa desse tipo? O senhor sabe me informar? Com a Global Saúde?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Existe, sim. Eu tenho conhecimento de um contrato da Global Saúde com os Correios, em fornecimento de medicamentos, um programa de fornecimento de medicamentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe qual é a relação do Maximiano com a Global Saúde?



O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu acho que ele é o dono do Global Saúde.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Era o dono. Sabe avaliar em quanto era o valor desse contrato, mais ou menos?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe que o Sr. Maximiano era também sócio em outras empresas do Fabrício Neves e do André Barbieri?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não tenho conhecimento. O FIP Saúde era gerido pela Atlântica, que era uma *asset* de propriedade do Fabrício.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Do Fabrício Neves. O senhor sabe de relações políticas do Sr. Maximiano?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Está certo. Outra questão. Sobre essa questão do BNY Mellon, do banco em Nova York, e essa relação espúria com o FIDEX, no exterior, o senhor tem informação desse depósito de 1,5 milhão nas contas do Alexey Predtechensky, do Offshore?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - A informação é de domínio público e do relatório da SEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Na época, o senhor teve conhecimento, como diretor financeiro, que tinha sido depositado esse dinheiro na conta do Presidente do POSTALIS?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor só veio tomar conhecimento disso quando?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi em agosto de 2012, quando da divulgação do relatório da SEC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor já estava fora?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu já estava fora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A sua saída foi quando?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu saí da diretoria em fevereiro de 2012 e saí do POSTALIS em março de 2012 — um mês após.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Richard Ellis tanto esteve no caso Cajamar, fazendo avaliação, como também no caso da venda da sede aqui. Não é isto?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E qual foi o fundamento para vender a sede e pagar o aluguel a quem adquiriu a sede? Teve algum... Qual a tomada de decisão disso? O senhor sabe explicar?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Com relação especificamente à sede, o fundamento era o de que era um prédio inadequado naquele momento, já antigo, com muitas salas. A ideia era alienar aquele imóvel para aquisição de um novo imóvel mais moderno e menor inclusive. Aquele prédio tinha 5 mil metros quadrados de área total e para o POSTALIS bastaria uma área de 1.800 a 2 mil metros quadrados. A ideia era essa, que não ocorreu até hoje, mas já não está mais sob a minha alçada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas na época que houve essa venda, o senhor estava na Diretoria Financeira.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E por que essa ideia não foi levada adiante, enquanto o senhor estava lá ainda?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não era possível fazer uma operação casada, porque o mercado estava pouco aquecido. Não existia tanta disponibilidade de terrenos, nem de imóveis para locação. Então, por isso foi feito um contrato de locação e ao mesmo tempo a diretoria ficou com a incumbência de prospectar um imóvel para a nova sede do POSTALIS.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É a aquisição feita pelos sobrinhos do Milton Lyra, que aí o Milton Lyra liga com o caso Galileo, que pelo menos as denúncias disseram que não tem nada a ver nessa história do caso Galileo. Então, foi tudo... O senhor esteve presente lá, participou do Conselho de administração do Galileo? Não houve essa relação com o Sr. Milton Lyra, lá no Galileo?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Milton Lyra foi conselheiro no mesmo período que eu.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Com mais influência política...

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Com ingerência política. Até o conhecimento da operação na origem ele não teve. Não existiu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele entrou depois.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele entrou depois lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E o que deu errado lá nesse Galileo, que parecia ser um negócio tão bom, com tantas garantias, e, quando houve a questão da universidade de medicina, vocês não procuraram a garantia subsequente, não? Algo para substituí-la?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O que houve de errado, acho que em nível de estratégia, Sr. Presidente, foi realmente quando a Galileo adquiriu a manutenção da universidade. Volto a dizer, existia uma fundamentação para isso. A fundamentação técnica era em grande escala, eram mais alunos, as estruturas administrativas seriam reduzidas, mas a universidade era uma universidade com certo desequilíbrio entre ativo e passivo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Os custos operacionais eram muito altos.

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Muito altos, e foi sugerido, para equilibrar isso, a inserção, pelo proprietário da universidade, de imóveis, dentro do processo de negociação. Eu até, Sr. Presidente, vou tomar a liberdade, eu fiz um relatório — eu vou passar as suas mãos, porque eu acho que o senhor não tem — que é uma síntese de tudo que aconteceu na Galileo, desde a apresentação da proposta até sobre reportagens que saíram na imprensa e sobre um relatório de auditoria, encomendado à Baker Tilly, que foi feito e que fala sobre a entrada da universidade e os malefícios que isso causou à instituição nesse período.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Algumas matérias citam que entre a questão dos custos operacionais havia a contratação, por exemplo, do Ministro Lewandowski e do Ministro Toffoli para dar aula na universidade. O senhor tem essa informação?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Eu tenho é... A informação que eu tenho é uma informação da imprensa. Enquanto Conselheiro, eu não tive acesso a comprovantes sobre isso, mas é um fato. Tanto o Ministro Lewandowski quanto o



Ministro Toffoli foram professores. Eu acho que isso está dentro da normalidade. Agora, detalhes, eu acho que o Dr. Márcio André, que também está para vir aqui, pode dar, porque ele é que mantinha essa relação direta com os Ministros do Supremo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito. Os valores você desconhece?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Desconheço os valores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E me diga uma coisa, e investimentos da empresa Mudar, construtora, foi na sua época também?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Foi na minha época. Eu não tenho detalhes dessa operação, Sr. Presidente, já faz um bom tempo. Mas eu não tenho dúvidas que elas atenderam a todos os preceitos...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Mas lembra de que tipo de negócio tratava? O valor investido?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não lembro. Não me recordo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - De nada?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Isso aí, como eu disse, está dentro daquele processo, daquela correspondência do ofício, encaminhado pelo Alexey. Todos processos estão lá, inclusive o da Mudar que foi objeto de autuação também da PREVIC.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito complicado, porque é sempre dentro da alçada de competência. Essa alçada... Não é um problema com o senhor, não, o problema é da legislação, com todos os fundos. Tudo que acontecia dentro da alçada de competência exclusiva dava problema, porque investimento de 80 milhões no POSTALIS, mais FUNCEF, PREVIC... PETROS era mais. Eram 150, 200. Então, era muito poder concentrado nas mãos de poucas pessoas, que tinham o poder de definir que aquilo era um bom investimento. Por exemplo, há muitos questionamentos: por que no POSTALIS havia um "diferenciamento" de não comprar títulos públicos, o que na época era um bom investimento, e se optou por uma estratégia mais arriscada, enquanto fundo de pensão é para ter um perfil conservador. O senhor pode explicar a decisão? Por que o POSTALIS destoou



desse perfil dos outros fundos de investir em títulos públicos, o que, na época, davam até um percentual bem vantajoso?

O SR. ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Nós tivemos um período em que isso não era verdade. Tivemos um período em que aplicar em título público era um fator gerador de déficit. A gente trabalhava com cenário também. Foi um cenário que se confirmou, um cenário de estabilidade, que ocorreu no primeiro Governo Lula. E até no segundo Governo Lula, o cenário era de estabilidade em que as taxas reduziram muito e alternativas foram buscadas no mercado, alternativas todas previstas na legislação. Quer dizer, na realidade, foi uma forma de diversificação, em que considerava também o FIT, que era um volume expressivo como um Investimento em títulos públicos, o que era verdade. Na realidade, 80% do FIT, na época, eram compostos por títulos emitidos pela União, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Só para concluir, o senhor disse que, na época, o Presidente dos Correios que lhe nomeou foi o Sr. Janio Pohren, é isto?

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ele...

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele me indicou, desculpa. A nomeação foi feita pelo Conselho Deliberativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Certo, a indicação. Depois ele saiu dos Correios?

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele é um profissional de carreira, um executivo de carreira, permanece lá até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - O senhor sabe que função ele assumiu recentemente?

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Ele é, segundo informações que tenho, Vice-Presidente da empresa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Responsável hoje, acabou de assumir, pela área mais lucrativa dos Correios — SEDEX e PAC.

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Essa informação eu não tenho especificamente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois é, o Sr. Jânio retorna e foi um dos citados à época, na CPI, em 2005.

Por último, quanto à operação com o BANIF, foram quatro CCIs no mesmo dia, no mesmo horário, em quatro locais diferentes. Procede essa informação que a imprensa divulgou? Durante a sua gestão, vem à sua mente algo a respeito da operação com as CCIs do BANIF?

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, essas CCIs tinham garantias... Eu creio que sejam CCIs sem uma garantia real... E pelo que me consta é isto. Não vejo nenhum problema. O BANIF passou por problemas, eu tenho conhecimento disso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Foram presos.

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Existem processos contra dirigentes do BANIF. Para essas operações, na época em que fizemos, como uma CCI, é exigida uma garantia real dela.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Eu não peguei, na sua fala, perdoe-me se eu perdi no momento em que fui participar de uma votação na CCJ, mas o senhor disse que foi à Cuba. Foi acompanhado de outros diretores do POSTALIS — o Alexey, o Ernani e outros? Quem o acompanhou nessas viagens?

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - O Alexey não foi. Eu fui pelo menos duas ou três vezes à Cuba. Numa das vezes, o Diretor Sinécio foi e, em outra ocasião, o Diretor Ernani foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Sempre com recursos próprios?

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Recursos próprios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Tudo bem.

Agradeço.

O senhor tem prazo para fazer as considerações finais, se desejar fazer uso delas.

O SR ADILSON FLORÊNCIO DA COSTA - Não, muito obrigado. Agradeço a atenção de todos e continuo à disposição, Sr. Presidente, para voltar quando for conveniente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Agradeço a colaboração do Sr. Adilson Florêncio da Costa.

Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos, antes convocando os Srs. Deputados para a próxima reunião ordinária para tomar depoimento do Sr. Antônio Luís de Mello e Souza, Sócio-Diretor da ASM Asset Management, a se realizar na próxima quinta-feira, dia 5 de novembro, às 9h30min, em plenário a ser informado oportunamente.

Na próxima terça-feira, deveremos ter sessão deliberativa e, na próxima quinta-feira, a presença do Sr. Carlos Augusto Borges, Diretor de Participações Societárias e Mobiliárias da Fundação dos Economistas Federais — FUNCEF.

Está encerrada a presente reunião.